

humanitas

Vol. XLVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. XLVI • MCMXCIV

2.ª PARTE DA MISCELÂNEA EM HONRA

DOS DOUTORES WALTER DE MEDEIROS E MANUEL PULQUÉRIO



MANUEL CADAFAZ DE MATOS
Universidade Católica Portuguesa
Lisboa

A PRESENÇA DE CÍCERO NA OBRA
DE PENSADORES PORTUGUESES
NOS SÉCULOS XV E XVI (1436-1543)

NO 21.º CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO ARPINATE

A dinâmica do pensamento de Cícero — que se agiganta ainda neste fim de século como irá permanecer, decerto, nas gerações vindouras — encontra eco na obra de intelectuais portugueses que têm sabido dedicar toda a vida à nobre causa da investigação e ensino de temas clássicos. O Prof. Doutor Walter Medeiros, que aqui pretendemos homenagear, tem sido um dos investigadores que, pelo seu exemplo, pela probidade do seu trabalho, melhor pode ilustrar essa persistência de continuar com o facho dos que teimam em manter vivo o espírito de autores da craveira de Hipónax de Éfeso ¹, de Plauto ², de Terêncio ³,

¹ Walter de Medeiros, *Hipónax de Éfeso: I. Fragmentos dos Iambos*. Coimbra [Instituto de Estudos Clássicos], 1961. LXXXI + 279 + [3] págs. Dissertação de doutoramento. Vide, também, edição in *Humanitas*, 13-14. Idem, «Hipponactea: subsídios para uma nova edição crítica do iambógrafo de Éfeso». *Humanitas*, 19-20, 1967-68, pp. 169-266. Sep. com índ. e ad.

² Plauto, *O Gorgulho*. Introdução, versão do latim e notas por W. M., Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1978, 208 págs. Idem, *Epídico*. Introdução, versão do latim e notas por W. M., Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1980, 216 págs. Idem, *A comédia da marmita*. Introdução, versão do latim e notas por W. M., Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1989.

³ Terêncio, *Os dois irmãos*. Introdução, versão do latim e notas por W. M., Centro de Estudos Humanísticos, 1983, 204 págs. Idem, *A sogra*. Introdução, versão do latim e notas por W. M., Centro de Estudos Humanísticos, 1987. Idem, *A moça que veio de Andros*. Introdução, versão do latim e notas por W. M., Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1988.

ou de outros autores que no período dito do Renascimento tiveram engenho, vida interior e saber para dar nova vida a esses clássicos como Aires Barbosa⁴ e André de Resende⁵.

1. *Para um epistemologia da História do livro e da leitura ciceroniana em Portugal no período do Renascimento*

Impõe-se, a nosso ver, uma perspectiva de conjunto sobre a recor-rência aos mais destacados autores clássicos por parte daqueles que se nos afiguram hoje como os mais lúcidos *construtores* da História do Humanismo português. Entre os séculos XV e XVI esses autores *lusiadas* souberam, de uma forma empenhada, lúcida, encontrar nas ideias de pensadores da Grécia e do Lácio motivos de inspiração para melhor conhecerem as realidades — e, daí, o próprio homem — do tempo em que viveram.

E não sendo, reconhecidamente, a nossa formação, a de latinistas, mas ao nível da História do Livro e da Leitura, é nesse sentido que procuraremos trazer aqui um contributo no sentido de melhor se conhecer quem lia e estudava Cícero em Portugal nesses dois séculos, quais as respectivas motivações. Tomaremos, assim, como testemunho os textos que, por vias várias, estão hoje ao dispôr dos especialistas em instituições das mais variadas. Só dessa forma se poderá estabelecer, no nosso ponto de vista, uma *arqueologia* do pensamento ciceroniano em terras portuguesas nesse período e quais os efeitos produzidos por parte dos seus principais cultores nas gerações que se lhes seguiram.

É um facto que não se pode partir para um trabalho desta natureza sem se reconhecer o cunho precursor de alguns trabalhos que, de alguma forma, já vieram trazer um pouco de luz sobre esta matéria. Referimo-nos a estudos publicados por Américo da Costa Ramalho⁶

⁴ Aires Barbosa. *Esborço bio-bibliográfico, seguido do texto e versão da «Antimoria»*. Lisboa, 1953 (dissertação de licenciatura, dactilog.). A respeito deste humanista de quinhentos remetemos ainda para Jose Lopez Rueda, *Hele-nistas españoles del siglo XVI*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, *Manuales y Anejos de Emerita*, XXVII, 1973, pp. 53-59.

⁵ André de Resende, *Elogio de Erasmo [Erasmii Encomium]*. Estabelecimento do texto e tradução por W. M. [de colab. com José Pereira da Costa], Lisboa, Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1961, 34 págs.

⁶ Américo da Costa Ramalho, «Cícero nas orações universitárias do Renascimento». *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série, *Línguas e Literaturas*, II Série, v. II, 1985, pp. 29-46. Idem, «Cícero (Marco Túlio)», in

Maria Helena da Rocha Pereira ⁷ e Amadeu Torres ⁸ que, não procurando embora abarcar ainda uma perspectiva de conjunto, já se afiguram, no entanto, como trazendo um suporte heurístico de base fundamental para este nosso trabalho.

Uma primeira questão assim se nos coloca. Quais foram de uma forma concreta e, primeiramente, os códices que em terras portuguesas fizeram circular as obras de Cícero, nas suas várias vertentes tais como os discursos, os diálogos, os poemas, as traduções ou as epístolas. E, a partir dos anos sessenta do século xv, quais os *impressos* que veicularam até este recanto da península — ou aqui mesmo foram produzidos — a mesma obra do pensador de Arpino.

Essas questões não encontrarão resposta sem se proceder, inicialmente, a um levantamento dos locais de produção de trabalho intelectual. E, não menos importante do que isso, sem se ter *in presentia*, a cada passo, o conceito de bens intelectuais *públicos* e *privados*.

A um nível de História da leitura afigura-se-nos ser cada vez mais imperioso proceder-se a um exaustivo levantamento das bibliotecas públicas e das bibliotecas privadas que, dos séculos xiii ao século xvi, foram os lugares concretos e fundamentais da produção de muitas das fontes do período de transição da Idade Média para o Renascimento que hoje se conhecem ⁹. Tais instituições, vistas à luz do nosso tempo, terão naturalmente de ser perspectivadas como *passivas* ou *activas*, dado ter de se considerar que algumas delas, embora em número

Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa, Verbo, vol. 5, 1967, cols. 391-395. Idem, «Prefácio» a *Cícero — I*, Lisboa, Ed. Verbo, 1974, pp. 9-37.

⁷ Maria Helena da Rocha Pereira, «Nas origens do Humanismo ocidental: os tratados filosóficos ciceronianos». *Revista (e série) cit.* na nota 6, II Série, v. II, Porto, 1985, pp. 7-28.

⁸ Amadeu Torres, «Damião de Góis e o pensamento renascentista: do ciceronianismo ao eclectismo». *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, n.º 17, 1983, pp. 3-40. Sobre o ciceronianismo em autores portugueses em particular leia-se ainda, com proveito, Léon Bourdon, «Jugements d'Humanistes anglais sur le ciceronianisme de Jerónimo Osório», *Humanitas*, 6-7, 1958, pp. 21-32.

⁹ Entre esses locais de produção de texto, no fim do período medieval, não poderemos deixar de relevar todos os *scriptoria* portugueses então em actividade, de entre os quais destacaremos os de Santa Cruz, de Guimarães, de Arouca, de Tibães, da Sé de Braga, do Lorrvão, de Alcobaca, de S. Vicente de Fora ou da Sé de Évora, de onde importa identificar — dentro das condicionantes existentes — a produção textual aí verificada, designadamente de autores clássicos como Cícero.

bastante restrito, tenham tido uma existência que se prolongou até aos nossos dias ¹⁰.

Essa dicotomia de *público* e *privado* assume uma significativa importância essencialmente quando vemos que, de algumas bibliotecas de estudiosos portugueses de Cícero nesse período, chegaram até aos nossos dias as respectivas relações de livros aí integrados. Veja-se o caso, entre outras, das bibliotecas que pertenceram a D. Duarte ou ao Condestável D. Pedro, a Frei Diogo de Murça, a D. Manuel ou a Pedro Fernandes.

Mas não importará, apenas, estudar os intelectuais portugueses que, em solo europeu, pesquisaram, se inspiraram, ou apenas *imitaram* o modelo ciceroniano (ao nível da vertente retórica ou outra). Há que ir um pouco além e ver em que medida autores portugueses também o fizeram, nas suas andanças por diversas partes desse mesmo Velho Continente — como o Abade D. Gomes, António Gouveia e Aquiles

¹⁰ Hoje os investigadores têm a possibilidade de desfrutar de todo um conjunto de obras de referência que lhe permitem individualizar a produção textual ciceroniana em Portugal (pelo menos numa parte significativa) nos séculos xv e xvi, tanto ao nível do códice como do impresso. Ao nível das bibliotecas públicas portuguesas o leitor, se sensibilizado para tal matéria, encontrará prestimosas fontes neste domínio em instituições localizadas em *Lisboa* [Biblioteca Nacional; Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo; Biblioteca da Ajuda; Biblioteca da Academia das Ciências; Biblioteca da Faculdade de Letras (Bib. Inst. André de Resende; e Bibl. Geral)]; *Braga* [Biblioteca Pública e Arquivo Distrital]; *Porto* [Biblioteca Pública Municipal]; *Viseu* [Biblioteca Pública Municipal]; *Coimbra* [Biblioteca Geral da Universidade; e Biblioteca Pública Municipal]; *Santarém* [Biblioteca Pública Brancaamp Freire]; e *Évora* [Biblioteca Pública Municipal e Arquivo Distrital], entre diversas outras.

Importará, por outro lado, e ainda no mesmo âmbito de estudos, demarcar as que são bibliotecas *activas* daquelas existentes nesses mesmos burgos em tempos recuados ou seja das bibliotecas *passivas*, com os respectivos registos ou relações dos livros outrora nelas incorporados (e de onde se poderá, por trabalho de pesquisa histórica, individualizar os livros de Cícero aí então existentes). Para darmos apenas um mero exemplo dos levantamentos que, nesse âmbito, temos vindo a desenvolver poderemos relevar, assim a existência de algumas dessas livrarias *passivas* em cidades como *Braga* [Biblioteca do Cabido]; *Coimbra* [Biblioteca do Colégio dos Padres de S. Bento; Biblioteca do Colégio das Artes]; ou *Lisboa* [Biblioteca dos Frades Jerónimos, no mosteiro desse nome]; ou *Guimarães*, onde terá existido, na perspectiva de Joaquim de Carvalho, o mais antigo núcleo de livros até hoje conhecido em solo português.

Nesse trabalho de individualização das referidas espécies bibliográficas importará ao investigador destrinçar as fontes manuscritas das que chegaram à situação de *impresso* e, neste segundo domínio, não inserir num mesmo grupo as obras incunabulares das dos períodos seguintes (sobretudo até ao fim do século xviii).

Estaço —, ou por outras regiões do mundo, designadamente pelas terras do império, entre a África, as Américas e a Ásia ¹¹.

Todo esse redebruchar sobre a obra de Cícero por parte de intelectuais lusíadas deste tempo não pode verificar-se por outro lado, sem uma apreciação a idênticos procedimentos de outros autores da época, muitas vezes nos quais se inspiravam.

2. Uma tradição fiológica europeia ocidental (anterior ao séc. XV)

Nos séculos XIV e XV foram dados passos deveras significativos no tocante à restituição de textos de autores clássicos que, até aí, ou não se conheciam (pura e simplesmente); ou se conheciam truncados; ou se conheciam, nalguns casos, em versões adulteradas ao nível de uma recriação inventiva ou, mesmo, ficcionada.

Alguns intelectuais desse período empenharam-se, de uma forma consciente, em encontrar testemunhos de textos dos autores clássicos mais lidos e procurados pelo brilhantismo das suas ideias. Dois deles, Petrarca ¹² e Poggio Bracciolini ¹³ vieram, a esse respeito, *descobrir*

¹¹ Quanto à integração de livros de Cícero em bibliotecas que circularam por terras portuguesas no Atlântico, no Índico ou no Pacífico, o seu estudo não deixa de ser, a nosso ver, exemplo aliciante. Veja-se, por exemplo, o estudo de Gabriel Pereira, *Évora e o Ultramar. O testamento e o inventário. Os negócios, as armas e os livros. Os papéis de Marco António Pessanha ou Frei Marcos de S. António, Guerreiro e Frade. Eboreses em Ormuz* [I Parte]; *Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI* [II Parte], Évora, 1888, pp. 130-131, onde se regista, na existência de uma biblioteca pertencente na segunda metade do século XVI a Diogo de Azambuja de Melo, um «*Cissor* (sic) livro segundo em pasta preta piqueno», bem como um «*Cissero* (sic) livro tersseiro em pasta vermelha e preta q̃ sam dous».

Não deixará, ainda, de ser relevante — quando mais dados possibilitarem tais pesquisas — estudar-se a presença de códices ou impressos de Cícero em bibliotecas de nobres que se destacaram terras de África, Ásia e Américas, durante a gesta da Expansão. Sucede, porém, que até ao momento — e num ritmo desigual em relação a pesquisas que têm vindo a ser desenvolvidas por especialistas madrilenos de História da leitura (algumas delas publicados na *Revista de Índias*, do CSIC, e dedicadas a bibliotecas de colonizadores espanhóis na América Latina de quinhentos) — não é ainda conhecida a existência de um significativo número de bibliotecas em terras do Portugal ultramarino de quinhentos.

¹² Thomas G. Bergin e Jennifer Speake, *Encyclopaedia of the Renaissance*, art. «Petrarch (Francesco Petrarca)», Nova Torque, Facts on File Publications, 1987, pp. 314-315.

¹³ Poggio Bracciolini, *Lettere — Epistolarum familiarium libri*, edição H. Harth, 1984. Esta compilação das epístolas de Poggio é também referenciada por Aires,

novos códices contendo obras de Cícero até aí desconhecidas na totalidade ou, pelo menos, parcialmente.

Antes de nos determos no grande empenhamento de alguns intelectuais do período de quatrocentos no sentido do aprofundamento de algumas das ideias de Cícero, nesta Europa do ocidente, vejamos, pois, o carácter precursor, nesse mesmo domínio, tanto de Petrarca como de Poggio. Importa precisar que as descobertas ciceronianas quer de Petrarca quer de Poggio se verificaram antes de esse novo e prodigioso *invento*, a tipografia com caracteres móveis, passar a fazer circular, de uma forma muito mais eficaz, esses mesmos textos de Cícero.

2.1. *Petrarca e o amor de uma bibliografia exemplar*

Francesco Petrarca [1304-1374] ilustra, de uma forma sugestiva, o intelectual da Idade Média que se deixa envolver por toda uma série de pesquisas no domínio da bibliofilia que correspondiam a uma ampla sede de saber, conjugada com os seus inolvidáveis dotes poéticos.

Esses seus interesses estão sobejamente patentes na colecção de importantes manuscritos que conseguiu reunir. Um conjunto de 44 deles, pelo menos, pôde ser identificado como «tendo pertencido à sua colecção pessoal, entre os quais se contava um comentário de Servius sobre Virgílio, escrito cerca de 1325 em Avignon, com um frontispício por Simone Martin (Biblioteca Ambrosiana, de Milão)»¹⁴.

Os interesses de Petrarca pelos autores de Roma dos inícios do Cristianismo, bem como pela Grécia Antiga, estão patentes em vários desses documentos que colecionou. Em relação, apenas, à primeira dessas áreas, veja-se o caso de testemunhos textuais que reuniu com várias tragédias de Séneca.

Em relação a Cícero, que aqui mais nos interessa, os seus *encontros* com textos até então praticamente desconhecidos do Arpinate, são hoje considerados pelos especialistas como *providenciais*, são o resultado de uma extensa rede de contactos que desenvolvia — a maior parte deles por via epistolar — com alguns dos mais destacados intelectuais do seu tempo e, também, consequência de muitas das viagens (motiva-

Nascimento in «Poggio e os seus interesses por códices de Alcobaça», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 13-14, 1993, p. 37.

¹⁴ Thomas G. Bergin e Jennifer Speake, art. cit. nota 12, p. 315.

das pela sua já referida curiosidade científica) que fazia. Resultou, assim, que em Liège, em 1333, ele descobriu alguns *novos discursos* de Cícero ¹⁵.

Em 1345, por sua vez, Petrarca acabou por ter uma não menos surpreendente descoberta. Encontrou, em Verona, as então pela primeira vez conhecidas *epístolas* de Cícero a Atticus. Esta descoberta faz inclusivamente pensar que esteve na base, ou terá porventura inspirado, este mesmo intelectual do século XIV a reunir as suas próprias *Epistolae familiares* e *seniles* ¹⁶.

2.2. Os interesses ciceronianos de Poggio

Vivendo três gerações seguintes à de Petrarca, Poggio Bracciolini [1380-1459] foi também um intelectual a quem se ficou a dever a descoberta de novas facetas da obra de Cícero. Lendo-se a sua correspondência — agora finalmente ao dispôr dos especialistas — encontram-se diversas passagens que aludem a esses interesses do pensador de Terra Nuova d'Arezzo na obra do criador de *De amicitia* ¹⁷.

Este discípulo do conhecido helenista Manuel Chrysoloras — que tão significativa influência exerceu em pensadores designadamente da Península Ibérica nos séculos XV e XVI ¹⁸ — havia estado, a partir de 1408 e durante quatro anos, na Inglaterra, onde acompanhou o Cardeal Henry Beaufort. Aí se dedicou a estudos de Patrística e, sobretudo, ele próprio não deixou, durante todo esse tempo, de coleccionar os manuscritos disponíveis com que deparava.

A sua sede de obtenção de novas fontes ciceronianas foi sobretudo culminada de êxito nas pesquisas que desenvolveu quer em França quer na Alemanha, sobretudo neste segundo país, «onde fez quatro viagens sucessivas ¹⁹ e onde teve descobertas de particular impor-

¹⁵ Gaetano Righi, *Historia de la Filologia Clasica*, ed. esp., Labor, 1967, p. 88.

¹⁶ T. G. Bergin e J. Speake, art. cit., p. 314.

¹⁷ Veja-se, sobretudo, a sua epistolografia, referenciada na nota 13 [deste nosso trabalho].

¹⁸ Thomas Bergin e Jennifer Speake, art. «Bracciolini, Poggio», já cit., p. 63. Idem, art. «Chrysoloras, Manuel» [1350-1415], pp. 95-96. Jose Lopez Rueda, *Helenistas Espanoles...* [ed. cit., nota 4], pp. 149-152. E, ainda, com vasta e inovadora informação a este respeito, Sebastião Tavares de Pinho, «L'enseignement de la langue grecque à l'Université de Coimbra (XVI^e. siècle)», ensaio publicado nas Actas do Congresso *L'Humanisme portugais et l'Europe* [Tours, 3-13 de Julho de 1974].

¹⁹ Gaetano Righi, *op. cit.*, pp. 88-89.

tância em relação a obras de Cícero. Bergin e Speake são peremptórios quando registam que, entre as importantes descobertas de Poggio no domínio de códices de autores clássicos, se contam «discursos desconhecidos de Cícero com comentários de Asconius, intelectual do I século depois de Cristo»²⁰, para além de outros códices de Quintiliano, Valério Flaco, Lucrecio, Sílio Itálico e Vitruvius.

Tendo falecido em 1459 Poggio já não assistiu à introdução da Imprensa em Itália ou em França. Pôde porém, decerto, aquilatar do contributo que tal invento vinha trazer ao campo da *circulação* do texto. A *Bíblia* de 42 linhas, de Gutemberg, já circulava nas principais Côrtes da segunda metade desses anos cinquenta, e não será de excluir que Poggio tenha ainda visto um desses preciosos exemplares do advento da geração do *impresso*.

Importa precisar, no entanto, que Poggio já se assume, ante a Cultura do seu tempo, como um intelectual bastante distanciado do universo cultural e filosófico desse Petrarca que, como vimos, vivera nesse mundo transalpino algumas gerações antes dele. A alguma *persistência* de matrizes da Escolástica (ainda) em Petrarca, já se opõe o rasgar de horizontes — em torno do universo e dos destinos do Homem — de Poggio, que não nos repugna situar nos trâmites de um Humanismo pré-renascentista.

Ressalve-se, no entanto, que já na *Invectiva contra eum qui maledixit Italia* Petrarca procurava distanciar-se do pesado edifício dessa Escolástica e dos principais intelectuais que, ao nível das cátedras universitárias do seu tempo, e teimavam em manter como sistema de pensamento *vivo* e duradouro. Estamos de acordo com Eugenio Garin quando regista que, já naquela obra há nítidos indícios de «um verdadeiro e próprio requisitório contra a Escolástica em geral e contra a Sorbonne em particular»²¹. Aí Petrarca afirmava-se como recusando, «em bloco, toda a Ciência grega»²².

Cícero, refere Petrarca nessa sua obra, *não escreveu a Física, mas escreveu sobre legislação [...] Cícero não escreveu a Física, mas escreveu [...] sobre a velhice, sobre a amizade, sobre a consolação, sobre a glória, sobre o orador, sobre o discurso perfeito...*²³.

²⁰ Bergin e Speake, art. cit., p. 63.

²¹ Eugénio Garin, *O Zodíaco e a vida*, ed. port. Editorial Estampa, 1988, p. 4

²² Idem, *ibidem*.

²³ Idem, *ibidem*.

E comenta, a respeito deste autor (e também de Varrão) Eugénio Garin:

«Humanidade quer dizer liberdade, capacidade de construir um mundo do homem para além da necessidade das coisas, de superar — dominando-a e utilizando-a — a causalidade física: de fazer sobressair a cultura sobre a natureza, não de dissolvê-la no círculo necessitado e necessitante da natureza»²⁴.

É neste ponto, em particular, que os horizontes filosóficos de Poggio e de Petrarca mais se poderão aproximar. E, aí, poderemos referir que Cícero funciona — em relação aos problemas da natureza do Homem — como denominador comum a ambos os autores.

3. *A circulação de Cícero na Península na fase do «pré-impresso»: Frei Álvaro Pais, D. Pedro e D. Duarte*

E em relação à Península Ibérica? Quais os registos quanto às primeiras tentativas, de que dispomos, no tocante à circulação de textos do Arpinate?

Um dos mais antigos casos conhecidos é o da cedência de códices ciceronianos que, na primeira metade do século XIII, foram emprestados pelos religiosos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra aos frades do Convento de Santa Cruz de Cortes, em Ciudad Rodrigo²⁵. Nesse empréstimo figuravam, então, dois códices com textos da *Retórica* de Cícero.

Do século seguinte, por sua vez, dispomos, entre várias outras informações em relação a esta matéria, daquela que nos indica que um franciscano de nome Nicolas Quils havia empreendido uma versão catalã do *De Officiis*. Registe-se que um dos primeiros tradutores de Cícero em França fora, por seu lado, Nicole d'Oresme, falecido

²⁴ Idem, p. 49.

²⁵ Esta matéria já foi por nós abordada, mesmo que sumariamente, a partir de informações recolhidas de Artur Moreira de Sá. Veja-se Manuel Cadafaz de Matos, «O Infante D. Pedro, a versão do *De Officiis* e outras preocupações ciceronianas no ocidente europeu do século XV. — Para a história do período de transição do livro manuscrito para o livro impresso», in *Actas do Congresso Internacional do VI Centenário do Infante D. Pedro* [Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos e de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade, 25-27 de Novembro de 1992], Coimbra, 1994, pp. 317-318.

em 1382, a quem se ficou a dever a vulgarização dos tratados *De Amicitia* e *De Senectute*²⁶.

Em relação a autores da península, vejamos o caso de Frei Álvaro Pais que, natural da Galiza [e não de Santarém, como prova A. D. de Sousa Costa], recorreu, durante a primeira metade do século XIV, em diversas obras suas, a variadas citações de Cícero. Aquele que em 1335 foi nomeado Bispo de Silves — e viria a morrer em 1353 — deixou-nos nas suas obras *Do Estado e Pranto da Igreja*, *Espelho dos Reis* e *Colírio da Fé* (todas já em língua portuguesa em versão de Pinto de Meneses) várias citações do Arpinate.

Em relação a Portugal o apego a textos de Cícero decorria, por razões óbvias, nesse período de transição dos fins do século XIV para as primeiras décadas do século XV (mas sobretudo já neste segundo período), a dois níveis. Verificava-se, por um lado, no seio das grandes instituições monásticas, em cujos *scriptoria* tais textos eram copiados e, noutros casos, até mesmo comentados. Decorria, por outro lado, ao nível das leituras e dos estudos da aristocracia reinante, a partir de códices que possuía nas suas próprias bibliotecas. Decorria, ainda, a partir de fontes até eles trazidas pelos *mestres* encarregados da educação de seus filhos, instrução por via da regra esmerada, em que eram componentes fundamentais as humanidades e as culturas e línguas clássicas como o Latim e o Grego²⁷.

Pelo estudo das relações dos livros que integraram as bibliotecas de D. João I e D. Duarte — estudadas por autores como D. António Caetano de Sousa, Teófilo Braga ou mais recentemente João Alves Dias²⁸ — torna-se fácil constatar como esse apego à cultura clássica

²⁶ J.-M. Piel, *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro Duque de Coimbra*, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1948, p. XII, n. 1. Vide, também, Morel Fatio, *Grundriss der romanischen Philologie*, II, 2, p. 102 (cit. por Piel).

²⁷ Luís de Matos, «O ensino na Corte durante a dinastia de Avis». Actas do Colóquio *O Humanismo português, 1500-1600*. Primeiro Simpósio Nacional [Lisboa, Outubro de 1985], Lisboa, Academia das Ciências, 1988, pp. 499-592.

²⁸ D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, Lisboa, 1739, em particular pp. 544-546: «Memória dos livros de uso del Rey D. Duarte, a qual está no dito livro antigo da Livraria da Cartuxa de Évora...»; Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas Relações com a Instrução Pública Portuguesa*, Tomo I [Livraria do rei D. Duarte], pp. 209 e sgts. e *Livro dos Conselhos de El Rei D. Duarte, (Livro da Cartuxa)* edição diplomática por João Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa, col. Universitária, 1982, pp. 207-208.

era notório por parte dos filhos de D. João I²⁹. E, entre os autores mais lidos, não será difícil encontrar um clássico de ampla circulação na época por via dos seus tratados, Marco Túlio Cícero, muitas vezes referido apenas pelo nome de Tullio.

No *Livro de Virtuosa Benefyturia* — cuja redacção Maria Helena da Rocha Pereira fixou [na *Biblos*, 1981] entre 1418 e 1425 — o Infante D. Pedro patenteia a sua inclinação para os textos de Cícero. Considera-o ele, aí, como *gracioso Rectorico* e «antre os philosophos moraes em bem fallar tem froll graciosa»³⁰.

No *Livro dos Offícios*, que esse filho de D. João I verte para a língua portuguesa, é que se agiganta, porém, esse príncipe na sua qualidade de latinista e amante das humanidades clássicas. Tendo nós já votado um anterior estudo a essa matéria³¹, referiremos apenas aqui que distam, pelo menos, dez anos entre a versão do *De Officiis* por Cartagena e a realizada pelo Infante D. Pedro, a partir de um códice que lhe terá sido oferecido pelo seu irmão; o Infante D. Fernando³².

Piel não tem dúvidas em o afirmar e precisa:

*a redacção do De Officiis português situa-se naturalmente entre 1433 e 1438 ano da morte do referido monarca [D. Duarte], de preferência mais próxima da última data*³³.

Não andaremos muito longe da verdade se situarmos, com efeito, a conclusão dos trabalhos desta tradução por parte do Infante D. Pedro em 1436 ou já mesmo em 1437. Tendo-se verificado tal versão na fase final do curto reinado de seu irmão, D. Duarte o Eloquente, ela dá-nos a dimensão dos interesses clássicos ciceronianos daquele que Vitorino Magalhães Godinho³⁴ já viu como estando representado no famoso políptico de Nuno Gonçalves.

²⁹ Manuel Cadafaz de Matos, «D. Duarte rei e filósofo, a sua Livraria e os interesses de um Humanismo pré-renascentista». *Revista Beira Alta*, vol. L, fasc. IV, Ano 1991, 4.º trimestre, pp. 523-556.

³⁰ *O Livro da Virtuosa Benefyturia*, Porto, 1910, p. 109 e p. 53. Vide, ainda, Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a Cultura portuguesa do século XV*, Coimbra, 1949, p. 65. Regista J. M. da Cruz Póntes [VEiBC-5, «C. em Portugal»], que este Infante, no referido *Livro da Virtuosa Benefyturia*, cita duas vezes *Macrobio*, *spoendo o sonho de Scipiom* africano, sendo as «definições morais» as procuradas em Cícero (citando-se nessa obra também o *De Officiis*).

³¹ Vide nota 25.

³² J.-M. Piel *Livro dos Offícios...* [ed. citada na nota 26], p. IX.

³³ *Idem*, p. XX.

³⁴ Vitorino Magalhães Godinho, «Os painéis de Nuno Gonçalves. Caminhos de pesquisa e hipóteses de trabalho». *Revista de História*, vol. 37, pp. 149-154. Agradecemos esta informação bibliográfica ao Prof. Dr. Luís de Matos.

Mas o Infante D. Pedro, para além de tradutor de Cícero foi, de igual modo, um homem que diligenciou no sentido de outros intelectuais seguirem nesse mesmo percurso intelectual. Foi, com efeito, a pedido do futuro mártir de Alfarrobeira que Vasco Fernandes de Lucena procedeu à tradução do tratado *De Senectute*, de Cícero³⁵.

3.1. *Os interesses ciceronianos de D. Duarte*

Admitindo-se 1437 para o *terminus* dessa versão do texto ciceroniano por D. Pedro, nesse mesmo ano ele terá apresentado — dedicado — cópia do mesmo a seu irmão D. Duarte. Nesse período andava, por sua vez, o próprio rei a redigir a sua obra *Leal Conselheiro*. Essa proximidade temporal da redacção das duas obras — com precedência para a do Duque de Coimbra, evidentemente — justifica que o rei Eloquentemente tenha aproveitado da versão, presumivelmente recebida de Coimbra, vários passos da mesma³⁶.

Tal verifica-se, por exemplo, e com maior acuidade, no capítulo 58 do *Leal Conselheiro*, intitulado «Dos speciaes notados do livro de Tullyo De Officiis que aa prudencya perteeecem». Aí, como observou judiciosamente J.-M. Piel, encontram-se excertos dos capítulos 6, 31, 32 e 33 do primeiro livro da versão do Infante D. Pedro³⁷.

Para além do *De Officiis*, ou seja, em várias outras obras de Cícero, colheu D. Duarte vários ensinamentos que transpôs para o *Leal Conselheiro*. Uma dessas reflexões situa-a D. Duarte no livro *De Amicitia* ao nível «Das maneiras damar»:

*Consiirando como nosso senhor me outorgou vyver sempre sem fallicymiento em amizade muy special com os muy virtuosos Rey e Raynha, meus senhores padre e madre ... e quando vy o livro de Tullio e outros que della fallam, que achava cousa nova nem contraira de que husavamos. E posto que assy razoar o nom soubera, ja no coraçom aquello sentia e per obra husava*³⁸.

³⁵ Embora o texto autógrafo desta versão de Vasco Fernandes de Lucena se tenha perdido, dele ainda hoje se mantém uma cópia, do século xvii, na Biblioteca da Ajuda. Veja-se *Bibliografia Geral Portuguesa*, edição da Academia das Ciências, vol. II, Lisboa, 1944, p. 493. Remetemos, ainda, para o *Livro dos Officios*, ed. coimbrã cit., pp. XLIII-XLVI.

³⁶ O *Leal Conselheiro*, segundo regista Piel, in op. e ed. cit., p. XX, é uma «compilação acabada ... em 1437/38».

³⁷ *Idem*, p. XX, n. 2.

³⁸ D. Duarte, *Leal Conselheiro*, ed. de Piel, Lisboa, 1942, pp. 174-175. Vide, também, Joaquim de Carvalho, *op. cit.*, [1949], p. 66, n. 2.

E é caso para nos interrogarmos, a este respeito, se o conhecimento de tal passagem não a ficou a dever D. Duarte à tradução do *De Amicitia*, feita a seu pedido pelo Prior de S. Jorge de Coimbra ³⁹.

Estes interesses ciceronianos do Infante D. Pedro e de D. Duarte — primeiro enquanto Infante e sobretudo durante o período do seu reinado — afiguram-se-nos como uma natural consequência de todo o trabalho até aí desenvolvido no seio de alguns dos mais renomados *scriptoria* portugueses, como os atrás referenciados. Tal interesse pelos autores clássicos greco-latinos ocorria então, paralelamente, aos interesses por outros como Plínio, Varrão, ou Hermes Trimegisto que, ainda na primeira metade do século xv, era entre nós bastante lido.

4. Ainda (e uma vez mais) o problema das fontes de Zurara

O erudito Prof. Joaquim de Carvalho referenciou passagens de Hermens Trimegistro, quer na *Crónica da conquista da Guiné* ⁴⁰, quer na *Crónica da tomada de Ceuta* ⁴¹, quer ainda na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* ⁴² de Gomes Eanes de Zurara. Essas recorrências ao pensador grego tiveram lugar, obviamente, antes de Marsilio Ficino realizar a versão latina do mesmo texto ⁴³. Daí terem ocorrido muito antes de D. Diego de Guillén fazer chegar à Península a sua própria versão a partir dessa tradução ficiniana. ⁴⁴

Durante a Idade Média, tal como regista Eugénio Garin, circulou na Península Ibérica — por via de diversos códices — esse mesmo texto de Hermes Trimegisto. Bastará ver que já Afonso X [1221-1284] mandara «traduzir de arabico in hispânico em 1526» esse texto cabalístico que dá pelo nome de *Picatrix* ⁴⁵. E Garin não deixa de

³⁹ Vide nosso trabalho citado atrás em nota 25, onde remetemos a respeito desta passagem, para Joaquim Costa, *O Livro da Virtuosa Benfeitoria do Infante D. Pedro*, Porto, 1946, pp. LXXXVI-LXXXVII.

⁴⁰ Capítulo LXXIV.

⁴¹ Capítulo XCVI.

⁴² P. I, cap. II.

⁴³ O que só se verificou em 1472.

⁴⁴ Desconhece-se o ano em que Guillén regressou de Itália a Castela. Sabe-se porém, que foi em 1487 que este hispanista *traduziu* Hermes Trimegisto da versão latina de Ficino.

⁴⁵ Recordá E. Garin que o *Picatrix*, bem conhecido de Ficino e de Giovanni Pico della Mirandola em versão latina e por eles utilizado, «lembra, por algumas indicações internas, um livro composto em terras de Espanha (sublinhados nossos),

realçar que «Hermes Trimégisto está sempre presente e é recordado no *Picatrix* com grande veneração»⁴⁶.

Sabendo-se que Zurara leu Hermes Trimegisto e que, como vimos atrás, o cita em várias passagens das suas crónicas, vejamos agora em que momento da sua vida — e da acção cultural portuguesa do século xv — tal poderá ter ocorrido.

Importa, à partida, para esse efeito, assentar como estabelecido definitivamente o período do nascimento de Zurara. Já em 1949, e com a autoridade que lhe é geralmente imputada, escrevia Dias Dinis.

*Gomes Eanes de Zurara deve ter nascido antes de 1410, ao menos por 1404 ou 1405*⁴⁷ e que desempenhou realmente o ofício de Cronista do Reino pelo menos desde 1449, pois parece que em 11 de Janeiro desse ano Fernão Lopes foi apontado»⁴⁸.

Sendo assim, e tomando por base a proposta interpretativa deste historiador contemporâneo, os seus trabalhos de pesquisa com vista à redacção da primeira parte da *Crónica dos Feitos da Guiné* — com o primeiro volume escrito entre 1450 e 1452 — tiveram lugar antes de tomar posse nesse novo cargo.

Situa-se, portanto, nesses meados do século xv a pesquisa de Zurara em torno da documentação que patenteava a progressão marítima dos portugueses ao longo da costa atlântica, mas também daqueles autores clássicos que podiam dar um abalizado suporte teórico ao seu discurso.

Para além das fontes bíblicas (e outras) recorreu Zurara, com alguma frequência, na preparação da *Crónica da conquista da Guiné*, a escritores gregos e romanos, como aliás deixou suficientemente comprovado o Prof. Joaquim de Carvalho⁴⁹.

por meados do século xi, entre 1047 e 1051 [p. 66]. Esta obra apresenta-nos, com efeito, a «inserção num quadro neo-platónico, por um lado, e hermético, por outro, de toda a vasta herança mágico-astrológica antiga e medieval» [p. 67]. Um exemplar de *Picatrix* figurou, ao que é sabido, na Livraria de Giovanni Pico della Mirandola. Vide Eugenio Garin, *O Zodíaco da vida* [já cit. na nota 21].

⁴⁶ Eugenio Garin, *op. cit.*, pp. 65-66.

⁴⁷ António J. Dias Dinis, O.F.M., *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara, vol. I — Introdução à «Crónica dos Feitos da Guiné»*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, p. 29.

⁴⁸ *Idem*, p. 467.

⁴⁹ Joaquim de Carvalho, «Sobre a erudição de Gomes Eannes de Zurara (Notas em torno de alguns plágios do cronista)», in *Estudos sobre a Cultura portuguesa do século XV*, ed. já cit. [1949], p. 242.

Quanto a escritores gregos, para além de Hermes Trimegisto já referenciado, foram por ele utilizados textos de e sobre Alexandre da Macedónia, Aristóteles, Homero, Ptolomeu e Sócrates ⁵⁰. Quanto a pensadores romanos, Zurara consultou e utilizou Cícero, Júlio César, Lucano, Plínio o Velho, Salústio, Séneca, Tito Lívio, Ovídio, Valério Máximo e Vegécio ⁵¹.

Detenhamo-nos, apenas, face à temática predominante deste nosso estudo, sobre a *presença* de Cícero nessa crónica do sucessor de Fernão Lopes.

Zurara, como escritor declamatório — refere Joaquim de Carvalho — «que não atingiu o volume que o inchaço do seu gesto retórico requeriria, foi nas páginas de Lucano, de Cícero e de Séneca, que mais atentamente se fixou, a ponto de parecer que lhes deve o miolo de bastantes ideias» ⁵².

É, com efeito, nas páginas da *Crónica da conquista da Guiné* que se afigura como mais notória a presença da obra de Cícero.

No capítulo IV dessa crónica Zurara escreve:

E porque Tullyo manda que o autor possa razoar sobre seu scripto o que justamente lhe parecer, no VI cap. desta obra farey sobre ello algua declaraçom... ⁵³.

Esta passagem terá de ser perspectivada, essencialmente, na sua *roupagem* retórica. Se se preferir, envolve uma declaração de princípios de carácter metodológico, ao nível da exaltação do herói, neste caso o Infante D. Henrique.

No já aludido capítulo VI da mesma crónica, Zurara fala ainda da necessidade de mostrar o que sente sobre um tema ali anteriormente focado, o da *justiça distributiva*:

(...) formoso mandamento foi o de Tulio sobre este passo, que de razão está que a sentença do que ordena a história haja de haver maior autoridade acerca daquilo que escreve, que outra alguma, pois com maior cuidado inquiria a verdade das coisas; porém ou isto será officio de correição militar ou de humanidade e clemência. Se da parte da correição não se pode escusar de mingua, que lemos nas histórias do Romanos que os padres matavam os filhos sobre este caso, e faziam outras mui caras execuções; e se da parte de humanidade e clemência louva-lo-hemos por grande virtude... ⁵⁴

⁵⁰ Dias Diniz [estabelecendo uma síntese do contributo de Joaquim de Carvalho em relação a esta matéria], *op. cit.*, p. 415.

⁵¹ Dias Diniz, *op. cit.*, pp. 415-416.

⁵² Joaquim de Carvalho, *op. cit.*, pp. 58-59.

⁵³ *Idem*, p. 67.

⁵⁴ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Guiné*, Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Porto, Livraria Civilização Editora, 1973, p. 39.

O autor está a enaltecer, uma vez mais, as virtudes do Infante D. Henrique. E as ideias — de novo no campo da Retórica — de Marco Túlio Cícero, servem magistralmente os desígnios de empolgação do discurso, por parte de Zurara.

Desconhecemos que livros integraram a biblioteca que possuía, certamente, esse cronista. As obras de Cícero, essas, decerto, eram-lhe familiares. Quase que poderíamos afirmar — sem grande margem de erro — que na sua Livraria pessoal elas não existiriam em pequeno número, em virtude das várias vertentes dos escritos do pensador de Arpino que são referenciados por este historiador.

Num contexto de História da leitura, nesses meados do século xv, o estudioso português da obra de Cícero que mais se poderá aproximar de Zurara será o Condestável D. Pedro, desde ainda não há muitos anos exilado do solo pátrio, amargando a desdita de ser filho do Infante morto em Alfarrobeira.

Entre os livros que existiram na Biblioteca deste Condestável — pelo menos entre 1463 e 1466 em que foi rei de Aragão — figura [sob o n.º 16] um

libre de forma petita. scrit en pergamins ab posts de fust cubertes de cuyro vermell empremtades, ab quatre gaffets e quatre scudets de leuto ab sos parxes de seda vermella, intitulat en les cubertes ab letres dor Tullius de officiis. Feneix en la penultima pagina quia eterna est. Sta reservat en una cuberta de cuyro burell. (En el márgem se lee: Es en poder de mossen Ruy Vas marmessor) ⁵⁵.

É conhecida a data da morte do Condestável D. Pedro, em 29 de Junho de 1466 e, logo no dia seguinte a tão triste evento, principiou a ser feita a relação dos seus bens. Até aos dias de hoje um lacónico registo dos livros que lhe pertenceram está ao dispôr dos especialistas e permite sumariar os interesses de leitura deste filho do Infante D. Pedro, designadamente no âmbito dos autores clássicos. Pelo artigo acima destacado poderemos, ainda, por outro lado, aquilatar do grau de mobilidade de alguns dos livros porventura de maior procura. Aí se regista, com efeito — e sabendo nós que o apontamento respeitante a esses livros do Condestável já foi redigido quase uma semana depois da sua morte, ou seja, em 4 de Julho — que nesse dia [desde há quanto tempo não o sabemos] o referido livro do *De Officiis* se encontra em poder de um tal Rui Vaz.

⁵⁵ Carolina Michaëllis de Vasconcelos, *Tragédia de la Insigne Reyna Dona Isabel*, 2.ª edição revista, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 125. José M. da Cruz Pontes [in art. cit. na nota 30] indica que este Condestável, na *Sátira de felice e infelice vita*, referencia a obra de Cícero *De Natura Deorum*.

5. *O advento da Imprensa com caracteres móveis e as primeiras acções de divulgação de incunábulo ciceronianos*

Graças a Gutenberg, Fust e outros, em meados do século xv a Alemanha central viu nascer esse prodigioso invento da Tipografia com caracteres móveis. Testados positivamente os engenhos, todas as Côrtes do ocidente — por razões de natureza política, cultural ou religiosa — desejaram, tão cedo quanto possível (e num relativamente curto espaço de tempo após tal *descoberta*) estar de posse tais técnicas ⁵⁶.

Ainda nos anos sessenta, desse século xv, a cultura clássica principiou a invadir esses *ateliers* tipográficos onde, inicialmente, apenas germinara a palavra do Deus único. Cícero, Ovídio, Plínio, Séneca principiam a ter a sua presença nesses mesmos prelos, eram formas de comunicação viva que saíam, também desta forma, do silêncio, da noite dos tempos.

Em 1466 é editado, em Nuremberga, um dos primeiros incunábulo com um texto de Cícero (curiosamente no mesmo ano em que expirava o filho do Infante D. Pedro). A ocidente a Imprensa ainda não tinha nascido. Mas o seu testemunho irromperia de imediato.

5.1. *Para uma história da leitura de Cícero em França e Espanha no último quartel do século XV*

A gesta tipográfica veio trazer, no ocidente europeu, uma nova dinâmica à Cultura desse terceiro quartel do século xv. A Itália, em 1465 (sobretudo graças ao empenho de Bessarione) e também a França, em 1470, adoptaram desde cedo o novo invento, sendo Cícero logo objecto

⁵⁶ Lucien Fèbvre e Henri-Jean Martin, *L'apparition du livre* [1.ª ed. 1958], Paris, Albin Michel, 2.ª ed.º, 1971. Curt F. Buhler, *The fifteenth-century books; the scribes, the printers, the decorators*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1960. Albert Cim, *Le livre historique, fabrication, achat, classement, usage et entretien*. Paris, Flammarion, 5 vols., 1905-1908. Colin Clair, *A history of European printing*, Londres, Academic Press, 1976. Malo-Renault, *L'Art du Livre*, Paris, Garnier, 1931. Douglas C. McMurtrie, *O livro; impressão e fabrico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969. Artur Anselmo, 1983 [vide nota 61]. José V. de Pina Martins, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal, les deux regards de Janus*, Paris, Centre de Recherches sur le Portugal de la Renaissance, 2 vols, 1989.

de impressão. Com a chegada da Imprensa com caracteres móveis à Península — o que ocorreu em Espanha cerca de 1472 e em Portugal em 1487⁵⁷ e em 1488-89⁵⁸ — essa difusão dos textos do erudito de Arpino ganharia indiscutivelmente uma maior dimensão a partir desse período.

É possível hoje admitir-se, na sequência de estudos como os de Marcel Bataillon⁵⁹ e de Pierre Grimal⁶⁰, que esse gosto por Cícero dos intelectuais portugueses e espanhóis de fins de quatrocentos e de começos de quinhentos resultou de um contágio intelectual que teve o seu foco em Itália e, também, de algum modo, em França. Esse contágio terá decorrido a vários níveis, é certo. Três deles terão, no entanto, existido, quanto a nós, de uma forma mais significativa: a frequência de intelectuais portugueses de instituições universitárias e outras da Itália do Renascimento; a frequência de intelectuais portugueses e espanhóis de algumas instituições francesas e, no sentido inverso, de alguns franceses que ensinaram e/ou investigaram na península Ibérica; e, finalmente, a vinda de alguns impressores franceses, alemães e italianos para a península, nesse mesmo período, trazendo na sua bagagem cultural e técnica o conhecimento da obra desse filósofo, que neste espaço europeu procuraram também divulgar (ou por iniciativa própria, ou por *encomenda* de figuras cimeiras da hierarquia civil e religiosa com quem se relacionaram.

⁵⁷ Em Junho de 1487 concluiu o impressor hebraico Samuel Gacon [leia-se Porteiro], na cidade de Faro, os trabalhos tipográficos daquele que até agora é considerado o mais antigo livro impresso com caracteres móveis em Portugal. Trata-se do *Pentateuco*, cujo único exemplar até agora identificado se conserva em Londres, na British Library. Recentemente, sob os nossos cuidados e de Manuel Augusto Rodrigues (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), foi realizada uma nova edição, em fac-símile, dessa histórica obra. Veja-se *Pentateuco*, edição do Governo Civil de Faro, Faro, 1991.

⁵⁸ Enquanto não for encontrado um exemplar com cólophon da obra *Sacramental*, que R. E. Horsch admite ser o mais antigo livro impresso em Portugal, com caracteres latinos, em 1488, continua a ser tido como o mais antigo livro impresso no país, e de cólophon datado, o *Tratado de Confissom*, Chaves 1489. Desta obra realizou em 1973, para a Imprensa Nacional — Casa da Moeda, uma edição em fac-símile, acompanhada de estudo modelar, o erudito Prof. José V. de Pina Martins.

⁵⁹ Marcel Bataillon, *Erasmus y Espana*, 1.ª edição em francês em 1937 [1.ª edição em espanhol corrigida e aumentada, México, Fondo de Cultura Economica, 1950], nova edição espanhola, 1986.

⁶⁰ Pierre Grimal, *Cicéron*, Paris, PUF, 1984, nova ed.º, Arthème Fayard, 1986. Sobre o ciceronianismo no séc. xv vide E. Garin, *La Renaissance*, Verviers, 1970, pp. 61 e 64.

A divulgação da obra de Cícero em França adquire um particular ênfase logo no período em que a Imprensa com caracteres móveis é introduzida em Paris, em 1470, pelas mãos de Jean Heynlin, reitor da Sorbonne, com o apoio do bibliotecário e mestre de Filosofia e Retórica daquela instituição, Guillaume Fichet⁶¹. Os impressores alemães Ulrich Gering, Michael Friburguer e Martin Krantz, instalaram-se inicialmente, naquele ano, nas próprias instalações da Sorbonne. Foi nesse local — e antes de Fichet partir para Itália — que eles imprimiram (durante três anos) uma das primeiras obras de Cícero que em letra de forma foram ou comercializadas ou postas a circular por outras vias, em Castela, onde a Imprensa também estava a dar os primeiros passos⁶².

Factores de ordem diversa terão contribuído para que ainda na segunda metade do século xv, as obras de Cícero fossem editadas pelos primeiros impressores que actuaram na península. Johannes de Salzburg e Paulus Hurus imprimiram em 1475, em Barcelona, o mais antigo incunábulo ciceroniano que conhecemos, saído na península, o *Orationes in Catilinam*. Já na viragem do século, os tratados *De Officiis* e *De Senectute em romance*, passaram também a letra de forma, nesta região do globo. Tal veio a efectivar-se, já em 1501, em Sevilha.

Mas antes de apreciarmos as primeiras tentativas de impressão de obras de Cícero na Península, vejamos como, também em terras transalpinas esse mesmo interesse tipográfico por obras de Cícero foi verdadeiramente notório.

⁶¹ Artur Anselmo, *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1981 [e nova ed. francesa, Paris, Jean Touzot, 1983], p. 44. Regista ainda Artur Anselmo que para além dessa edição de Cícero os tipógrafos referenciados imprimiram ainda, nesse mesmo período, trabalhos de Gasparino de Bérgamo, Salústio, Valério Máximo, Lorenzo Valla e do próprio Fichet (de quem editaram a *Retórica*). Só depois da partida de Fichet para Itália, adianta aquele nosso Mestre, é que tais alemães transferiram os seus bens tipográficos para o «Soleil d'Or», na rua de Saint Jacques, naquela mesma cidade parisiense.

⁶² Corroborando as teses do grande especialista Odriozola, Francisco de Moxó y Montoliu (Universidade Complutense de Madrid), in «Alexandre VI: el Papa del 92», in *História*, n.º 196, Madrid, Agosto de 1992, p. 54, N. 1., sustenta não se poder aceitar o problema de ser o livro *Obres e trobes en llaors de la Vierge*, editado em Valência, em 1474, o mais antigo impresso com caracteres móveis no país vizinho. Para Moxó y Montoliu, com efeito, as Actas do *Sinodo de Aguilafuente*, que terá decorrido em 1 de Junho de 1472, poderão ter sido o mais antigo livro aí editado com essas novas técnicas.

6. *Cícero chega de Itália ao ocidente europeu, por via do impresso*

Mesmo nesse período de transição da Idade Média para o Renascimento, o discurso dos grandes autores clássicos — como Marco Túlio Cícero — continuava a *propagar-se* por via do manuscrito. Os códices viajavam de mão em mão, sendo essa, afinal, aquela tradição que já no século XII se verificara quando da cedência de alguns códices do *scriptorium* de Coimbra aos religiosos do mosteiro de Ciudad Rodrigo.

Cícero foi um dos autores que conheceu maior divulgação, certamente por esse processo, durante toda a primeira metade do século XV, em toda a Europa do ocidente. Tal era, no entanto, uma realidade que se verificava em praticamente todos os países de aquém do Reno, fosse na Suíça, na França, na Inglaterra, ou na Itália.

Na segunda metade do século XV — e um pouco em resultado das campanhas desenvolvidas por alguns intelectuais transalpinos — sensibilizando os seus leitores para as enormes possibilidades oferecidas pela Filologia — essa forma de circulação, por códice, das ideias de Cícero ou outros pensadores clássicos, ainda beneficiou de um maior incremento. Para essa maior circulação dos ideais clássicos contribuiu, porém, de uma forma decisiva e com todos os *préstimos*, essa nova técnica entretanto posta a circular em cidade da Europa central como Mogúncia e Nuremberga: a Tipografia.

Em 1461, ainda pela recorrência ao códice, era composta (em manuscrito, já se vê) na cidade de Milão uma nova espécie bibliográfica de Cícero. Trata-se do *De Officiis*, obra que foi então iluminada por um técnico da especialidade — nessa mesma cidade — Mestre d'Hipólita. O nome deste artista inspirava-se no de Hipólita Sforza, dama que serviu e que, como se sabe, desposou em 1465 Afonso de Aragão⁶³.

Este ano de 1461 é deveras importante para a questão de que aqui nos ocupamos, na medida em que foi em 1460-61 que Bessarione se deslocou de Itália a Nuremberga, onde se inteirou dos benefícios da *nova arte tipográfica*, agora posta ao serviço da transmissão do saber e da cultura.

Ao regressar da Alemanha — de onde mandou transportar o primeiro plantel tipográfico «italiano», no ano de 1465 — sabe-se que

⁶³ Thomas Bergin e Jennifer Speake. *Enciclopédia* cit., art. «Sforza family», pp. 368-369.

foi com esse engenho (ou com outro) que os impressores Sweynheyn e Pannart, alemães, imprimiram, em 1467, em Roma, a primeira obra de Cícero saída em Itália em letra de forma: as *Epistolae ad Familiares*.

Também graças à intervenção de Bessarione a Imprensa com caracteres móveis chegou a Veneza, em 1469. E a obra escolhida para inaugurar a actividade tipográfica nessa mesma cidade foram, de igual modo, as *Epistolae* de Cícero.

Entre 1467 e 1500 o período incunabular veneziano foi assolado — poderemos dizê-lo — pela vasta produção tipográfica das obras de Cícero. Identificámos, até ao momento, em livrarias da Península Ibérica, um total de 54 incunábulo, todas as espécies diferenciadas e saídas de mais de uma dezena de oficinas em actividade nessa cidade.

Grande parte desses textos aí editados — em particular as *Epistolae* e o *De Officiis* foram editados com comentários de grande interesse filológico. Entre tais comentadores contam-se os nomes de — e reproduzem-se aqui na sua grafia latina tal como são, então, apresentados ao leitor — Hubertini Clerici; Miguel Philetici; Angeli Politiani; Georgi Vallae; Marii Fabii Victorini; Omniboni Leonicensi; Petri Marsi (cujos comentários também foram impressos, ainda no século xv, em Lyon); Victors Pisani; e Philippi Beroaldi⁶⁴.

Numa análise a esses incunábulo existentes, como se disse, em bibliotecas da península — e até por algumas das anotações que apresentam (e pelos estudos que motivaram como tais apontamentos sugerem) — poderemos concluir que Cícero foi um dos autores mais lidos na Península Ibérica durante a segunda metade do século xv e até nos começos do século xvi.

Por razões metodológicas importa destringir, no entanto, em relação a este mesmo período, as obras de Cícero (tanto as existentes em códice como as impressas) que se encontravam em Espanha e em Portugal, daquelas que, pertencentes a intelectuais peninsulares, se encontravam incorporadas em bibliotecas estabelecidas no estrangeiro.

⁶⁴ Para não nos determos sobre um muito vasto conjunto de repertórios incunabulísticos de que dispomos lembremos, apenas, os dados por nós alcançados a partir de *Catálogo General de Incunables en Bibliotecas Espanolas*, Tommo I [parte respeitante apenas a Cícero, pp. 246-259], Madrid, Ministerio de Cultura, 1988; ou *Biblioteca Nacional — Catálogo de Incunábulo*, introdução, organização e índices por, Maria Valentina Sul Mendes, Lisboa, B. N., 1988 [parte respeitante a Cícero, pp. 121-125].

Temos notícias de portugueses que, no século xv, vivem fora do solo nacional e que, aí, também se dedicam ao estudo da obra de Cícero. Uma dessas figuras é D. Gomez, Abade de Florença.

Este prelado, regista Eduardo Nunes, «(...) gostava da companhia dos livros (...) comprava livros (...) [e, também] manda copiar livros»⁶⁵. E adianta aquele investigador que entre os livros que manda copiar nesses meados do século xv contam-se as epístolas de Cícero e Léntulo.

Toda esta dinâmica do intelectual português movimentando-se, nesses anos de «quatrocentos», no âmbito dos horizontes culturais ciceronianos, dá verdadeiramente a dimensão de uma cultura não estática, que acompanha o que se passa no mundo universitário de então (no sentido da universalidade da cultura então vigente).

6.1. *O Cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa e os seus livros ciceronianos...*

Essa noção de universalidade da Cultura parece tê-la um outro português, o Cardeal D. Jorge da Costa que, em fins desse mesmo século xv, se encontra em destacada posição na Cúria Régia. Erudito que é, este religioso português acompanha os principais movimentos culturais ocorridos na Itália dos fins do século xv, lê variadas obras no âmbito do pensamento humanístico da época e, o que se afigura ainda mais importante para este nosso estudo, adquire diversos livros então impressos em cidades como Roma, Veneza, Florença, Bolonha e Milão. Remete-os para o Reino, indo os mesmos integrar a Biblioteca do Cabido bracarense. Sabemo-lo com precisão em virtude, designadamente, das marcas de posse dos mesmos, dadas a conhecer, inclusivamente, por Avelino de Jesus da Costa⁶⁶.

Uma particularidade que importa destacar é que, por esses livros chegados do Vaticano em tal período⁶⁷, é-nos dado a conhecer D. Jorge

⁶⁵ Eduardo Nunes, *Dom Frei Gomez* vol. I, Braga, 1963, pp. 126-127. O autor referencia, a este respeito, a seguinte fonte: *Giorn.* — Archivio di Stato di Firenze Conv. Soppr., 78, n.º 1.

⁶⁶ Avelino de Jesus da Costa, «A Biblioteca do Cabido da Sé de Braga, nos fins do século xv, e o seu tesouro em 1589». In *Anais*, II série, vol. 29, Lisboa, 1989. Seguimos, em particular, do autor, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1985, pp. 79 e sgts.

⁶⁷ A esta matéria votamos, recentemente, o texto de uma Comunicação apresentada ao Congresso Internacional sobre o Arcebispo bracarense D. Frei Bartolomeu dos Mártires.

da Costa como amigo das culturas clássicas. Ele mesmo afigura-se-nos como intelectual que não terá descurado a leitura das obras de Cícero que ia comprando, pensando, decerto, no enriquecimento dos futuros usufruidores das mesmas em Portugal.

Pela leitura do *Inventário da Livraria antiga da Sé de Braga*, divulgado pelo Pe. Avelino de Jesus da Costa, poderemos chegar, pelo menos, a duas conclusões respeitantes à presença de Cícero nesse conjunto de obras manuscritas e impressas. A primeira é a de que, com rigor, só se pode associar à figura do Arcebispo D. Jorge da Costa — por aí figurar a sua *marca de posse* — um dos livros dessa mesma biblioteca. Trata-se da espécie aí descrita [sob o n.º 101], ou seja, as *Epistollas Familiaries*, reunindo um conjunto de 16 livros de cartas dirigidas por aquele pensador a seu irmão, escritas entre os anos 60 e 54 antes de Cristo ⁶⁸.

Uma segunda conclusão é a de que, no Inventário da mesma Livraria, figuram, pelo menos, mais nove obras de Cícero. São elas [é seguimos uma vez mais o n.º de ordem que para as mesmas dá A. Jesus da Costa] as referenciadas como [16], *Somnium Scipionis ex Ciceronis libro «De Republica» excerptum*, impressa em Bolonha presumivelmente nos anos oitenta desse século xv; [47] *De Officiis*, comentada, presumivelmente em manuscrito; [51] as *Phelippicas*, com comentários de Francisco Marangio Perugino, que aquele erudito admite terem sido impressas em Veneza em 1488; [80] as *Epistollas Familiaries* (que existe nesta Livraria presumivelmente em duplicado ou em duas edições diferentes, uma das quais, [sob o n.º 101], e de que já falamos, com a marca de posse do Arcebispo); [251] *Ad [Quintum] fratrem*; [252] *Ad Atticum*; [266] *Rectori[c]a*; [267] presumivelmente *De Oratore Libri III*; e, finalmente [103], *In Verrem*, impressa, em data que desconhecemos ⁶⁹.

Esse conjunto de informações acerca de obras de Cícero, impressas e manuscritas leva-nos, ainda, à formulação da hipótese (quase certeza) de que — mesmo para além daquela obra que tem a indelével marca de posse do Arcebispo — algumas das outras do mesmo *rol*, se não mesmo a sua grande maioria, foram também adquiridas por D. Jorge da Costa em Roma e outras cidades italianas por onde andou. E sabendo-se que chegou pela primeira vez a Roma em 14 de Junho de 1480, e que a mais tardia obra de Cícero datada do mesmo inven-

⁶⁸ Avelino de Jesus da Costa [Braga, 1985], p. 88, espécie 101.

⁶⁹ Agradecemos aquele académico e prelado bracarense o ter-nos comunicado, em carta, algumas das conclusões a que chegou nestas suas pesquisas.

tário é de 1488, não andaremos muito longe da verdade se aceitarmos como possível que tais livros ciceronianos tenham sido, na sua maior parte, ali adquiridos — e enviados posteriormente para o Reino — entre o referido ano de 1480 e os começos dos anos noventa seguintes.

Quando nos referimos a D. Jorge da Costa estamos a falar, obviamente, do Cardeal Alpedrinha e não do seu *irmão*, como refere Avelino de Jesus da Costa, «também chamado D. Jorge da Costa», que «em Agosto de 1501, pouco antes de morrer, renunciou» para aquele seu familiar «o arcebispado de Braga e todos os outros benefícios que tinha»⁷⁰.

6.2. ... e o pintor-humanista Domenico Ghirlandaio

Uma outra questão que continua ainda, quanto a nós, por encontrar resposta, são as hipotéticas relações do Cardeal Alpedrinha com o pintor e humanista Domenico Ghirlandaio. Está hoje por demais provado que, no biénio 1481-1482 — quando se cimentava cada vez mais a fama do Cardeal português na Cúria Régia — aquele pintor levava a cabo o seu virtuoso trabalho, na Capela Sixtina no Vaticano, ou ciclo de frescos *A Vocação dos Apóstolos*⁷¹. Tinha o pintor então 32 anos e o contacto com todos os pintores humanistas que trabalharam com ele na referida capela — obras essas que, sob a direcção

⁷⁰ A. Jesus da Costa [Braga, 1985], p. 51. Vide, ainda, Manuela Mendonça, *D. Jorge da Costa Cardeal de Alpedrinha*, Lisboa, Edições Colibri, 1991, p. 47.

⁷¹ Thomas Bergin e Jennifer Speake, *Enciclopédia* cit., p. 185.

Veja-se, ainda, Bernhard Berenson, *I Pittori Italiani del Rinascimento*, Milão, Ulrico Hoepli, 3.^a edição, s/data [1.^a ed. de 1948], pp. 84-86. G. Edoardo Mottini, *Storia dell'Arte Italiana*, Milão, A. Mondadori, [1.^a ed., 1928], 13.^a edição, 1938, pp. 244-245. Sendo essa pintura, representando Décio, Scipião e Cícero, de 1482, importa sublinhar que do mesmo ano é o seu quadro *A Anunciação*, existente no Oratório de S. João, na Catedral de S. Geminiano. Aí a Virgem é apresentada como simbolizando uma dama de cultura, que se faz rodear de livros. E, como observa E. Lessing, é aí personificada a mulher das altas classes sociais que então «recebia a mesma cultura que os homens». Veja-se, a este respeito, *La Renaissance Italliene. Mise en Images par Erich Lessing*, Alemanha, 1985, pp. 130 e 297. Reportando-se ainda a Ghirlandaio o autor apresenta-nos, ainda, de um período relativamente posterior, ou seja de 1486, o quadro *Aparição do Anjo Zacarias*, que apreciamos em 1987 em Florença, na igreja Santa Maria Novella, e onde se configuram Angelo Politiano, Cristoforo Landino, poeta e filólogo, Marsílio Ficino e Gentile de Becci. Vide E. Lessing, *op. e ed. cit.*, pp. 203 e 307.

material e espiritual do Papa Sixto IV decorreram, na parte essencial, entre 1473 e 1481 — fizeram-lhe despertar, decerto, os seus interesses humanísticos para temas da Cultura clássica greco-latina.

Esse facto justifica que, pouco após a realização daquele fresco, o mesmo Ghirlandaio fosse chamado a pintar outros, desta feita no Palazzo Vecchio, em Florença. E, aí, esse interesse pela cultura da Roma Antiga, em particular pelas figuras de Cícero e de Scipião, está bem patente, num dos seus mais famosos frescos dessa cidade, situado precisamente na Sala de Liz, daquele palácio.



FIG. 1 — Fresco de Ghirlandaio, representando Décio, Cipião e Cícero, pintado em 1482 na Sala de Liz, Palazzo Vecchi, Florença.

7. *Do prólogo da Gramática de Estêvão Cavaleiro às leituras de D. João Manuel e de Duarte de Resende*

Durante a transição do século XV para o século XVI essa procura, por parte de autores portugueses, no sentido de comungarem do espírito das obras de Cícero, não esmoreceu, antes pelo contrário. Entre os primeiros intelectuais em que se patenteia tal preocupação entre nós contam-se D. Pedro Menezes, D. João Manuel, colação do rei Venturoso [falecido em 1499] e Estêvão Cavaleiro.

Ao primeiro deles, jovem Conde de Alcoutim, cultor das *litterae humaniores*, se deve a brilhante *oratio* recitada na Universidade de Lisboa, em 18 de Outubro de 1504, na presença de D. Manuel, denotando uma cultura retórica ciceroniana. D. João Manuel, ao que regista Cruz Pontes, foi formado «desde a meninice na leitura de Cícero». (art. cit.).

E quanto a Estêvão Cavaleiro? Na *Noua Gramatices marie matris dei Virginis ars* — mais frequentemente referida como *Ars Virginis Mariae* e impressa em 1516 por Valentim Fernandes, em Lisboa — refere esse autor:

(...) *Ouçam os poetas latinos, manuseiem os seus oradores e acima de tudo Cícero, pai da lingua latina* ⁷²].

Na mesma obra é apresentada ao leitor, por seu lado, a conhecida xilogravura do letrado, que saíra anteriormente na *Glosa famosissima* [1501], no *Catecismo Pequeno* [1504] e na *Cataldi Epistolarum ... secunda pars* [1513-1514]. Desta vez, porém, na *filactera* da gravura lê-se:

Ornate iuvenes: «haec manent, alia cadunt» [Jovens, adornai o vosso peito com a virtude e a cultura: é isto que fica, o resto é caduco].

A respeito deste passo Artur Anselmo regista tratar-se de um *topos* clássico que se encontra, por exemplo, em Cícero, no

⁷² Américo da Costa Ramalho, *Estudos sobre o século XVI*, Paris, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 13. A respeito ainda desta problemática remetemos para Manuel Saraiva Barreto, «Uma *Ars Eloquentiae* dos primórdios do Humanismo em Portugal», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* Coimbra, 1982, n.º 37, pp. 133-160. Idem, «Novos dados sobre a *Ars Eloquentiae* dos primórdios do Humanismo», in *Colóquio sobre o Livro Antigo*, Actas, Lisboa, BN, 1992, pp. 63-78.

De Officiis, 1, 33: *qui preclara eruditione atque doctrina aut utraque re ornati*»⁷³.

E interroguemo-nos, a este respeito, se terá havido, porventura, alguma influência do texto ciceroniano nesta inscrição da gravura lisboeta de 1516. Estamos em crer que sim.

7.1. *As versões de Duarte de Resende e os interesses ciceronianas de Gil Vicente*

Também Duarte de Resende, que havia andado por terras do Extremo Oriente, nos legou nos anos trinta (desse século) obra de vulto que reflecte o seu amor pelos textos ciceronianos.

Tendo admirado, decerto, as obras *Da Amizade*, *Paradoxos* e *Sonho de Cipião*, mais que quaisquer outras do pensador de Arpino, nos fins dos anos vinte ou já nos começos da década de trinta, empenhou-se em traduzir esses três textos de Cícero. Tendo entregue os seus originais ao reputado tipógrafo francês Germão Galharde, este mesmo os deu à estampa, na cidade de Coimbra, sendo tais trabalhos tipográficos dados por concluídos em Agosto de 1531⁷⁴.

Este período coincide com o apego de Gil Vicente a textos de Cícero. Em 15 de Fevereiro de 1530 (se já não o fora na véspera do Natal anterior) representa-se pela primeira vez em Lisboa, ante D. João III, a farça do *Clérigo da Beira* onde [e este dado foi revelado também pelo Prof. J. M. Cruz Pontes] está patente o apego deste comediógrafo ao Arpinate: «folguei de vez sair-vos Tulio do seo», diz um dos personagens. Já em 1534, na véspera de Natal, no *Auto de Mofina Mendes*, do mesmo escritor, representado ante o mesmo monarca na cidade de Évora, um dos interveientes da peça cita o nome de Cícero.

⁷³ Artur Anselmo, *Origines de l'Imprimerie au Portugal*, ed. cit. [nota 61], p. 211.

⁷⁴ Duarte de Resende, *Tratados da Amizade, Paradoxos e Sonho de Cipião* [de Cícero], Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1982, numa edição de Maria Leonor Buescu. A esta obra de Duarte de Resende nos reportamos, mais desenvolvadamente, no nosso trabalho «O Infante D. Pedro, a versão do *De Officiis*...», Actas do Congresso do Infante D. Pedro, atrás cit.

8. *As leituras paduanas do «De Senectute»: a experiência goesiana*

Nas suas dambulações pela Europa — mais precisamente pela França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Suíça, e Itália⁷⁵ — Damião de Góis teve ensejo de acompanhar todo o movimento que originaria a polémica do humanismo ciceroniano que vinha já do séc. xv e eclodiria com a publicação da tão conhecida obra de Erasmo, *De recta Latini Graeciq. sermonis pronuntiatione ... Dialogus / Dialogus cui titulus, Ciceronianus, siue, De Optimo genere dicendi. Cum alijs nonnullis, quorum nihil non est nouum*, saída em Basileia, dos prelos de Froben, em Março de 1528.

Bem anda Amadeu Torres quando regista — subscrevendo opiniões de Charles Nisard — que o renascimento das letras foi também o das disputas literárias que se anunciaram, de alguma forma simultaneamente, desde começos do século xv. E precisa, a este respeito, aquele erudito bracarense:

*Entre outras demarcaram-se pela violência dos insultos as havidas entre Filelfo [1398-1441], protegido dos Visconti de Milão, e Poggio Bracciolini [1380-1459], querido dos Médicis de Florença, e entre Lourenço Valla e o mesmo destemperado Poggio, aquela de cariz literário e político, esta motivada pela depreensão de solecismos nas cartas poggianas. Estava-se por meados do Quattrocento e a querela ciceroniana propriamente dita vinha ainda distante, embora a causa remota desta radique nos *Elegantiarum libri sex* de Valla que, não obstante ser anticiceroniano, promoveu mais que todos, como apuradíssimo estilista que é quando discute da língua latina, o estudo da latinidade pura alguns lustros após restringida à latinidade de Cícero pelos tulianos apaixonados, o primeiro dos quais, na ordem cronológica, é Gasparino Barzizza [1370?-1431] em teoria e Paolo Cortesi [1465-1510] na aceção integral⁷⁶.*

⁷⁵ Para além dos estudos exemplares votados a Damião de Góis e à sua obra por Joaquim de Vasconcelos, M. Bataillon, Jorge Borges de Macedo e Amadeu Torres, entre outros, seguimos, aqui, a súpula que nos é apresentada por Aubrey G. Bell, in *Um Humanista português, Damião de Góis... seguida das Cartas portuguesas de Damião de Góis*, Lisboa, Editorial Império, 1942. Regista, a propósito de tais viagens Aubrey Bell que após 1533, «depois de ir em peregrinação ao santuário de Santiago de Compostela, o inveterado viajante seguiu para a Alemanha e passou quatro ou cinco meses com Erasmo em Friburgo, como hóspede do 'príncipe de toda a sabedoria e eloquência'. Depois seguiu para a Itália, passando por Estrasburgo, onde visitou Bucer. Em Setembro de 1534 chegou a Pádua, onde viveu durante os quatro anos seguintes. Visitou também Roma, Veneza e outras cidades italianas. Em Pádua relacionou-se com os cardeais Bembo e Sadoletto e conheceu também Ramúsic [p. 25]. Foi precisamente neste período da sua estadia paduana que decidiu traduzir o *De Senectute*, de Cícero, de que nos ocuparemos adiante.

⁷⁶ Amadeu Torres, «Damião de Góis e o pensamento renascentista...», já cit. [na nota 8] pp. 4-5. Importa precisar que da importante obra *Elegantiarum*

É hoje por demais sabido dos especialistas que se têm dedicado aos problemas do ciceronianismo quinhentista que quando Froben deu à estampa, nesse referido ano de 1528, a tão polémica obra de Cícero, este ainda não conheceria, decerto, a polémica que se travara, em 1512-1513, entre Pietro Bembo e Giovanni Francesco Pico, o intelectual que fora sobrinho de Giovanni Pico della Mirandola. Tal pode ser afirmado categoricamente na medida em que só na terceira edição do *Ciceronianus* — como também reconhece Amadeu Torres — saída no mês de Outubro de 1529⁷⁷, Erasmo alude a essa troca de correspondência, com os ânimos, por vezes, exarcebados.

É um facto que a discussão em torno das ideias «ciceronianas» de Erasmo já se vinha desenrolando, pelo menos, desde o primeiro semestre de 1527. Está bem de ver que, tal como sustenta León Halkin, o humanista de Roterdão distingue, nessa sua obra, o puro ciceroniano do ciceroniano pagão, «imitador de Cícero».

E precisa, a este respeito [*op. cit.*, p. 322] Halkin:

O verdadeiro discípulo de Cícero é o que hoje faz o que teria feito um Cícero cristão. Erasmo conserva todo o seu respeito pelo grande intérprete da sabedoria pagã mas, ao mesmo tempo, faz apelo à eloquência antiga ao serviço da fé. Os que Erasmo baptiza com o nome de ciceronianos cometem, a seu ver, um erro semelhante ao de muitos franciscanos [do seu tempo]: os discípulos a traír o mestre querendo-o imitar à letra e não segundo o seu espírito. Ele protesta contra o purismo supersticioso que rejeita a terminologia cristã.

É óbvio que essa atitude teórica de Erasmo faz levantar contra ele o testemunho de destacados intelectuais do seu tempo. Tal verifica-se, designadamente, em Itália, em França e, curiosamente, também na Península Ibérica.

Muitos investigadores que se têm dedicado a esta questão ao longo das três últimas décadas, como Pierre Mesnard, são unânimes em reconhecer que uma «mentalidade pagã» se tinha «instalado no interior do Renascimento italiano e especificamente romano». Face às ideias assumidas pelo jovem humanista francês Christophe de Longueil [1490-1522] Erasmo entendeu ter uma palavra a dizer contra

libri sex, de Lorenzo Valla, existe uma espécie quinhentista na Livraria Humanística da História da Tipografia de Expressão Cultural Portuguesa [LHITIPOR], Lyon, Of. Sebast. Griphum, 1540.

⁷⁷ Idem, p. 6. Vide, ainda, Leon E. Halkin, *Erasmus*, Paris, Fayard, 1987, índices.

essa corrente de ideias e redigiu esse seu novo livro, o *Ciceronianus*, com dedicatória, de 14 de Fevereiro de 1528, a Jean de Vlatten, Director de estudos em Aix-la-Chapelle.

Nesse diálogo, traduzido para francês por Pierre Mesnard [Paris, Vrin, 1970], intervêm três personagens: Buléforo, Nosopono e Hipólogo. Os argumentos aduzidos a cada um deles não torna difícil constatar que, entre eles, se extremam a cada passo as posições. Buléforo, que importa ser visto como o «alter-ego» de Erasmo, opõe-se a Nosopon. Enquanto Hipólogo é definido por Halkin como «personagem indeciso e pouco constante», Nosopon é aqui retratado, por via dos seus diálogos, como um decalque das tomadas de posição de Longueil.

Múltiplas foram as posições assumidas contra Erasmo. Já em 13 de Março de 1527 o erasmista espanhol Pedro Juan Olivar, em carta dirigida de Valladolid aquele humanista [publicada in Allen, VI, ep. 1791 e estudada por Marcel Battailon, 1936] informava-o de como os seus detractores vociferavam «de dentes de fora [contra] o artifício lucianesco da *Moria*». Isso levou a que, considerando-o *português*, Erasmo o fizesse estar presente no seu *Ciceronianus*, dado à estampa poucos meses depois — ou seja em Dezembro de 1529, em Espanha, mais precisamente na oficina de Michael de Eguia, em Alcalá de Henares, entrando essa edição desde muito cedo em Portugal (onde acerca de tal polémica os intelectuais também tomaram partido).

Quando Damião de Góis chega a Pádua em 1534 ainda pairava com grande incidência, nos círculos intelectuais que frequentava, a polémica em torno do ciceronianismo. Decidiu-se, então, a traduzir o tratado de Cícero, *De Senectute*.

No preâmbulo a essa obra — que foi impressa, sem dúvida, em 1538, em Veneza, na oficina de Estêvão o Sábio — Góis adverte o leitor, primeiramente, dos efeitos de uma boa tradução ⁷⁸:

Erasmus Roterodamo (...) per espaço de cinco meses que com elle em Friburgo de, Brisgóia ⁷⁹ *pousei (...) afirmava nã ter achado no estudo cousa mais ardua que, tralladar, nem digna de moor louuor fazendo-se bem...* ⁸⁰.

⁷⁸ Não restam hoje dúvidas, com efeito, que esta tradução goesiana do *De Senectute* foi pela primeira vez impressa em 1538, e não em 1534 como pretenderam alguns outros bibliógrafos portugueses. Veja-se, a respeito desta questão da data de tal edição, Francisco Leite de Faria, *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, p. 15.

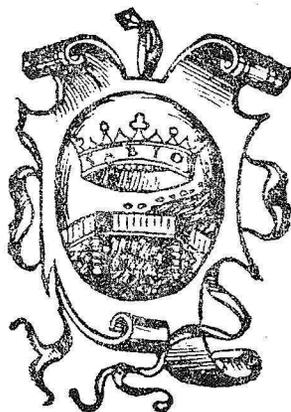
⁷⁹ Vide Manuel Cadafaz de Matos, *Erasmus da sua Modernidade*, Braga, 1987.

⁸⁰ Vide Damião de Góis, *Livro de Marco Tullio Ciceram chamado Catam maior, ou da velhice, dedicado a Tito Põponio Attico*, Lisboa, na Typographia Rollandiana, 1845 [espécie existente na LHITIPOR], p. 6.

É um facto que, para grangear simpatias e admiração — e até, por vezes, proventos materiais — os intelectuais ofereciam os seus livros a nobres. Era essa uma forma de ficarem — simbolicamente ou não — sob o seu manto protector.

LIVRO DE MARCO TULLIO

Ciçeram chamado Catam maior, ou da
velhice, dedicado a Tito
Põponio Attico.



Em Veneza per steuão sabio.

M D X X X V I I I

FIG. 2 — Folha de rosto da obra de Cícero, *Catam maior ou da Velhice*, na versão de Damião de Góis, publicada no prelo de Estêvão o Sábio, em Veneza, em 1538.

No que respeita a esta tradução, Damião de Góis dedicou-a ao Conde do Vimioso, D. Francisco de Sousa que, por essa altura, já deveria contar uma significativa idade. Isso porque, no mesmo prólogo, escreve o humanista português:

(...) determinei lhe poor em nossa vulgar linguagem este liuro de cõfortos da velhice. Pello qual, e per cuias sentenças darêmos as graças a Platam, e a Marco Tullio pello arteficio, e polida ordem que em no tirar, e colligir quasi todo de verbo a verbo das obras do dicto philosopho teue. O que ousei cometer confiando leuare-me em conta sua doctrina e moderaçam...⁸¹.

⁸¹ Idem, p. 7.

Este humanista português de génio — cujo retrato que se lhe conhece não é, de certeza, na opinião de Luís de Matos, da autoria de Durer ⁸² — deu, por esta sua tradução do referido texto do Arpinate, mostras de que não desejou, nem quis, ficar indiferente a essa polémica que deflagrou na Europa culta dos anos vinte-trinta em torno do ciceronianismo.

9. *Ideias e livros de Cícero entre França e Portugal. As adaptações do De Senectute por Lopo Serrão*

O apego de Damião de Góis, enquanto ausente do país, às ideias ciceronianas, encontra um curioso paralelismo com o sentido pelo humanista português Lopo Serrão, enquanto estudante de Medicina em Paris, alguns anos depois.

Atendendo aos estudos de Luís de Matos ⁸³ — e à tese, profundamente inovadora, votada por Sebastião Tavares de Pinho, da Universidade de Coimbra, à vida e obra deste humanista ⁸⁴ — é hoje possível estabelecer-se que tendo Lopo Serrão nascido em Évora c. 1510-1514, em 16 de Março de 1534 era estudante de Medicina em Paris, onde se doutorou c. de 1540.

Sebastião Pinho não tem dúvidas em afirmar que, depois de 23 de Julho de 1540, o humanista Lopo Serrão regressou a Portugal. Mas também é dado suficientemente comprovado que a redacção do «único autógrafo conhecido» do seu longo poema — o *De Senectute* — integra a data de 26 desse mesmo mês e ano ⁸⁴.

Não andaremos muito longe da verdade — atendendo a tais premissas estabelecidas por aquele professor coimbrão — se aceitarmos que tudo aponta para o facto de, nessa cidade de Paris, ter Lopo Serrão desenvolvido as leituras e estudos que permitiram a estruturação do seu poema humanístico, dedicado ao seu protector, o castelhano Paulo Afonso.

Se em fins de Julho de 1540 já estava, pois, concluída a redacção dessa sua obra literária, vejamos, agora, quais as suas componentes

⁸² Conforme deixou cabalmente provado o Prof. Luís de Matos em estudo publicado em Lisboa, na *Revista de Estudos Italianos*, nos anos sessenta.

⁸³ Luís de Matos, *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, 1950.

⁸⁴ Sebastião Tavares de Pinho, *Lopo Serrão e o seu poema «Da Velhice»*, estudo introdutório, texto latino e aparato crítico, tradução e notas [por S. T. de P.], 1ª edição revista e impressa, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1987.

textuais dominantes, designadamente, quais as fontes de que se serviu o autor para dar expressão às suas multímodas reflexões líricas em torno da velhice.

Nesta obra, que o impressor lisboeta António Ribeiro veio a dar à estampa em 1579, sob o título *De Senectute et aliis utriusque sexus, aetatibus, & moribus* — o autor recorre a uma infinidade de autores clássicos que, nas suas obras, têm reflexões mais ou menos minuciosas sobre a velhice. Lembremos, apenas, entre muitos outros, e para além de Cícero, os nomes de Virgílio, Ovídio, Propércio, Terêncio.

O facto de o título desta obra poder induzir — mesmo que erroneamente — apenas para uma recorrência de Lopo Serrão à homónima obra de Cícero, não deixa de ser verdade que neste seu longo poema o autor compendia uma vasta série de reflexões de largo número de autores do período clássico. Apesar disso, no entanto, e tal como regista Sebastião Pinho, «a fonte mais importante e mais directa em que se inspirou [L. Serrão] para compôr o *De Senectute* é, sem dúvida, o diálogo de Cícero que dá pelo mesmo nome»⁸⁵. Não há dúvidas, no entanto — e como veremos adiante — que Lopo Serrão também recorreu, na composição da sua obra, a outras obras do Arpinate, designadamente ao tratado *De Amicitia*.

A criteriosa síntese, estabelecida por Sebastião Pinho, dá bem a imagem, aliás sugestiva, do que Lopo Serrão procurou encontrar, e teorizar, no referido *De Senectute* ciceroniano:

(...) o Arpinate procurava (...) aliviar o fardo da velhice (...) Tratava-se de um diálogo imaginado, como outros de Cícero, em que intervém como principal interlocutor o velho catão o Censor, e aí toma a defesa da velhice, pondo em evidência as suas prerrogativas e desfazendo, mediante considerações de ordem filosófica, os preconceitos e as acusações que contra ela habitualmente se lançam. São quatro, em resumo, as principais causas que, na opinião do vulgo, tornam infeliz a velhice: ela deixa o homem incapaz de se ocupar dos negócios, rouba-lhe as forças do corpo, priva-o de todos os prazeres e tráz-lo sob a ameaça iminente da morte.

E adianta:

Embora Lopo Serrão afirme (...) [apresentar] um trabalho não tratado por ninguém hac mea lucubratione recenti et ab omnibus (quod equidem sciam) ad haec usque tempor intacta (...), a verdade é que o humanista começou por adaptar e pôr em verso a quase totalidade do conteúdo deste opúsculo de Cícero, dando-lhe um tratamento amplamente desenvolvido...⁸⁶.

⁸⁵ S. T. Pinho, ed. cit., p. 146

⁸⁶ Idem, pp. 146-147. Regista, a respeito das partes do texto ciceroniana utilizadas por Lopo Serrão, Sebastião Pinho [in *op. cit.*, p. 154]: «Se atendermos o

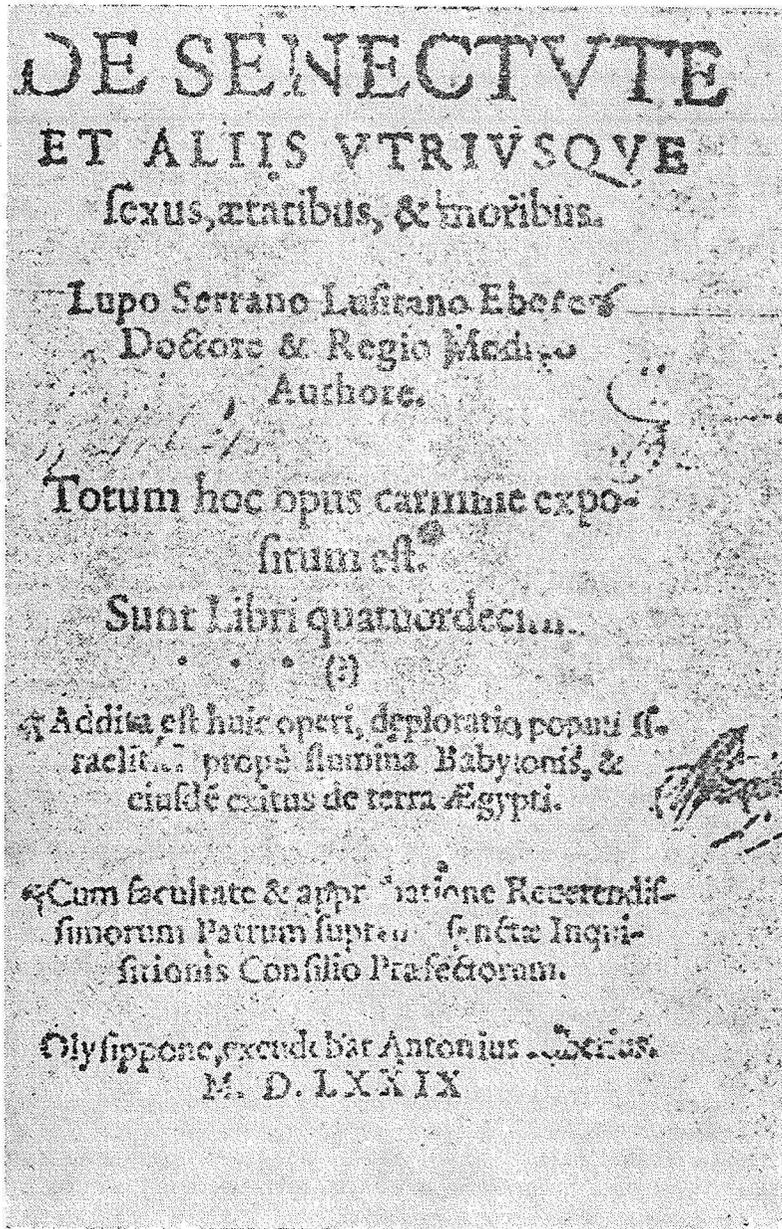


FIG. 3 — Folha de rosto da obra de Lopo Serrão, *De Senectute...*, publicada pelo impressor António Ribeiro, em Lisboa, em 1579, mas cuja redacção já estava concluída

9.1. *As adaptações do De Amicitia pelo mesmo autor*

Sendo Germão Galharde um impressor de origem francesa, é muito provável que, das obras produzidas em solo português — fossem elas escritas em latim, em português ou mesmo em espanhol — algumas delas seguissem o rumo da (já então) exportação para alguns dos meios culturais de França, designadamente livreiros e instituições de ensino.

Nada impede que se levante, assim, a conjectura de algum exemplar do texto do *De Amicitia* — impresso com *Paradoxos e Sonho de Cipião*, por aquele tipógrafo, em Coimbra, em Agosto de 1531, na versão de Duarte de Resende, como vimos atrás — tenha sido levado por Lopo Serrão para Paris, eventualmente em meados desses anos trinta ou já na segunda parte dessa década, ou, em alternativa, tenha sido mesmo adquirido (ou recebido) na capital francesa por aquele insigne humanista.

Mas como bom latinista que era, Lopo Serrão não precisava de ler o texto de Cícero por via de uma língua intermédia, neste caso o português. A sua leitura do *De Amicitia* — tal como sucedeu, decerto, com o *De Senectute* — processou-se, também, e essencialmente, a partir da matéria da língua comum dos humanistas, o latim.

Tendo-se conhecimento que também o *De Amicitia* foi utilizado pelo intelectual na composição do seu longo poema, vejamos, ainda, qual a passagem desse texto ciceroniano foi utilizada e em que medida ela se reflecte na mesma composição lírica.

No Canto X, deste poema apresentam-se ao leitor, como efeito, estes sugestivos versos que colheram influência, na opinião de Sebastião Pinho, do *De Amicitia* ciceroniano:

*Agora sois jovens, mas a cansada velhice há-de chegar, | e o que agora fazeis pagá-lo-á a vossa velhice.» | Ficou estabelecido nas leis antigas que a leda juventude | te preste atenção, ó avançada velhice. | Cipião respeitava os irmãos mais velhos, | os quais, porque mais velhos, tinham o primeiro assento. | A razão exige que aquele que primeiro respira o sopro da vida | seja o primeiro a sentar-se e o primeiro em casa*⁸⁷.

que, dos 85 parágrafos que o constituem, o nosso humanista aproveitou, no todo ou em parte, cerca de setenta, numa percentagem de 80% do total do seu texto, pode dizer-se que aquele diálogo ciceroniano acerca da velhice se encontra transformado em verso e incluído no poema do humanista português, ao longo dos cerca de 600 versos distribuídos pelos Cantos III, IV, V, VII, VIII, IX e X (...). Ele constitui a fonte principal deste poema», reafirma Sebastião Pinho.

⁸⁷ Sebastião Pinho, *op. cit.*, p. 512, p. 155.

Esta passagem — que se encontra [na criteriosa edição das *Belles Lettres* ⁸⁸] no *De Amicitia*, XIX, 69: *Quintum vero Maximum fratrem egregium uirum omnino, sibi nequaquam parem, quod is anteibat aetate, tamquam superiorem colebat* — faculta ao leitor duas ordens essenciais de valores. Em primeiro lugar uma noção de respeito pela acumulação da experiência de vida, resultado de uma vivência mais ou menos longa. Em segundo lugar tal passagem patenteia-nos, na feliz — e repleta de sentimentos — poesia de Lopo Serrão, um acumular de *Saber* que torna Cícero o paradigma do velho sábio que transmitiu aos vindouros uma ou múltiplas lições de vida, que dão uma perenidade de vida aos seus escritos, à sua mensagem humanística.

Esse beber, por parte de Lopo Serrão, em terras de França, da experiência de vida e saber de Cícero, acaba por ser algo de muito semelhante ao acto voluntário e consciente de Montaigne, em recorrer a esse mesmo patrono de humanistas, agora trazido, nesses meados do século XVI e durante toda a segunda metade desse século, desde as terras do Lácio à Europa de um Humanismo redivivo ⁸⁹.

10. *Livros e ideias de Cícero de França para Portugal. A oposição censória aos comentários ciceronianos de Melanchthon*

No último quartel do século XV as principais obras de Cícero chegadas a livrarias, institucionais ou privadas, em Portugal, eram essencialmente as saídas de prelos localizados em cidades italianas como Veneza. Em meados do século XVI essa característica geográfica já se tinha alterado de uma forma substancial; chegavam, sobretudo de prelos localizados em cidades como Basileia, Lyon e Paris (para além das edições venezianas e romanas que, naturalmente, continuavam a chegar até nós).

Vamos analisar apenas, em particular, o caso de uma edição ciceroniana parisiense que chegou — como muitas outras nesses meados do século — a Portugal e que, também como muitas outras, mereceu honras de ser objecto de censura.

Em 1543, não muitos meses decorridos após Lopo Serrão ter terminado a redacção do seu poema, saíu dos prelos de Ioannem Lodoi-

⁸⁸ Cícero, *Laelius de Amicitia*, Paris, Ed. Belles Lettres, 1971

⁸⁹ Vide Madeleine Lazard, *Michel de Montaigne*, Paris, Ed. Fayard, 1992, pp. 57, 61-62, 126, 129, 131, 163, 209, 362, 364, 372

cum Tiletanum [ex adverso Collegij Remensis], mais uma das muitas edições da obra de Cícero, *Ad M. Brutum Orator*, [Iacobi Lodoici Strebæi, / & Victoris Pisani Commentariis [frase riscada pela censura, no exemplar de que nos servimos ⁹⁰], & Petri Vi-| ctorii castigationibus, illustratus.

Este seria um exemplar alvo da Censura, igual a muitos dos outros que temos estudado, se não fora uma pequena-grande particularidade. Advém ela do facto de tal espécie ter, «numa das fls. de guarda, uma nota censória, autógrafa, de Frei Jerónimo de Azambuja, que foi inquisidor de Évora» ⁹¹.

Reza, essa nota, no essencial, o seguinte:

Neste volume o primeiro livro he Ad M. Brutū Orator no q. 1 as notas marginales ao texto são de Joã Sturnio (?) hereje. São muy poucas e muy breues (e por isso se se não proibbissē parece q bastara borralas demodo q se não possā leer. aynda q em tenção não pode hauer nellas cousa maa sēdo taō brevissimas.

O 2.º livro são os Topicos de Tullio nos quaes somēte [de] Melāctō surje nome nas margēs sēpre õde entra seu comēto esta borrado iusta. F. Jeronymo. Eu ly estes comētos de Melāctō sobre estes topicos e comuniquēy alguns passos delles a frei marit̃ de ledesma (e não achey cousa q. me ēganasse. Verdade (?) he q. estes cōmētarios de Melāctō sr. topica se ip'meraō p'meiro de outra ipressaō os quaes [riscado]o ano de 1541 e estes são de 1543. pode ser que nos outros p'meiros ha alguns errores y nestes se tirariã. os outros que digo podera ver V. M. se q.ser em hu libro de folha iteira q. nestes vay enqdernado taboas de pau ē bezerro bayo (?) q. são hus cōmētarios de dīgs. s'os (?) homes doctos sobre todos os livros Rectoricos de Tullio ...

J. Azambuja ⁹².

Algumas considerações se impõem relativamente a este documento que cremos ser, até agora, inédito. Em primeiro lugar importa aceitar como *compreensível* a posição de Jerónimo de Azambuja, como censor,

⁹⁰ Esta espécie bibliográfica encontra-se depositada na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. Vide *Livros impressos no século XVI existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, III Tipografia Francesa*, Évora [separata do *Boletim da Junta Distrital de Évora*, n.º 5], com Nota Prévia de António Leandro Alves, p. 56, esp. 330, com referência de quota «Sév. XVI, 888».

⁹¹ *Idem*, ibidem. A respeito de Jerónimo da Azambuja encontrará o leitor elementos sucintos na obra de António Borges Coelho, *Inquisição de Évora*, Lisboa, Editorial Caminho, 2 vols., 1987-1988.

⁹² Deste manuscrito — que apresentamos em GRAVURA — deu também dele reprodução fotográfica António Leandro Alves [na obra referenciada na nota 90].

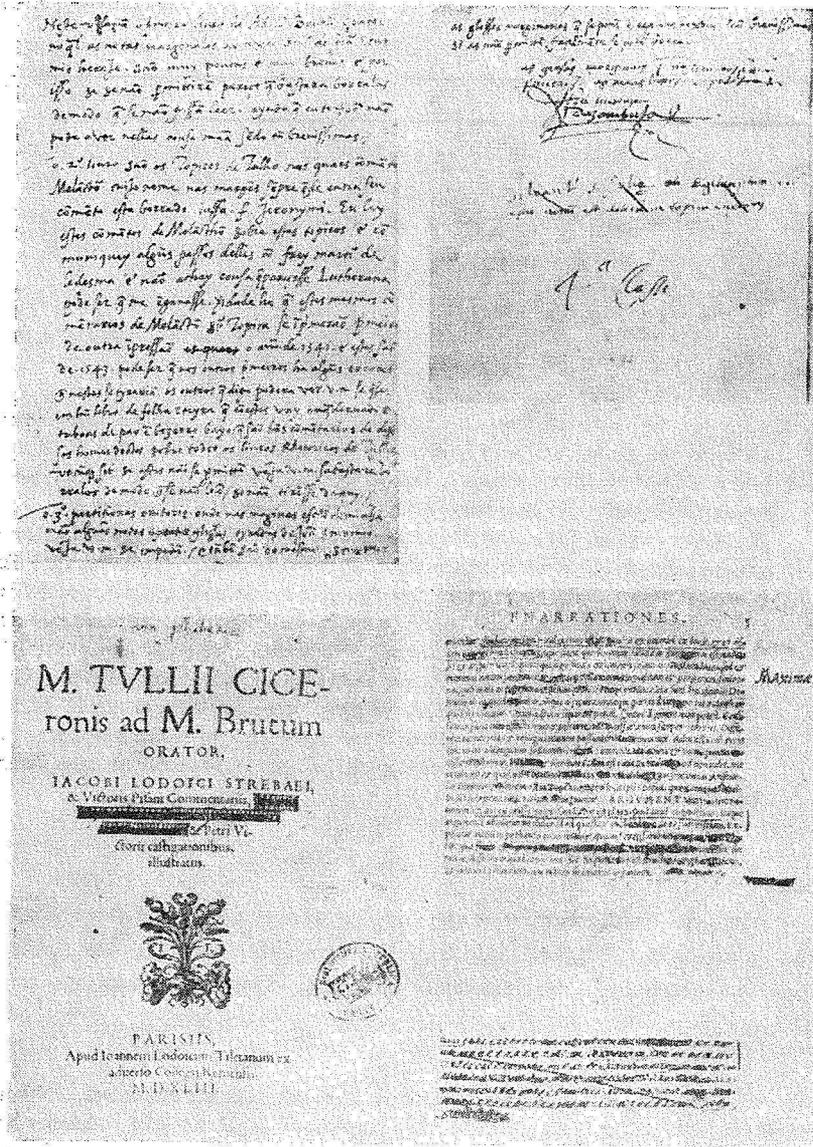


FIG. 4 — Fólho manuscrito de Jerónimo de Azambuja, ao serviço da Inquisição de Évora, emitindo parecer sobre a obra de Cícero, *Ad M. Brutum, Orator*, em particular sobre os *Topicos* daquele autor latino, comentados pelo humanista Melanchthon [Paris, 1543]. Em baixo a folha de rosto e uma das páginas da obra censurada que comporta o referido parecer daquele inquisidor eborense.

ante um texto que vinha originariamente (antes da França), da Alemanha luterana e, ainda por cima, associado — por via dos seus comentários — a Melanchthon⁹³.

Philipp Schwarzerd Melanchthon tinha nascido em 1497 em Bretten — agora por nós visitada — e, desde muito cedo, tornou-se colaborador de Lutero. Nessa situação redigiu (em colaboração com Justo Jonas, Espalatino e, ainda, Joaquim Camerário), em 1530, o texto da *Confissão de Augsburgo*. Essa situação de reformador era, em si, já bastante, para que todos os seus escritos — desta ou de outra natureza — fossem olhados com profundo despeito, e até mesmo receio, por parte dos censores portugueses, de que J. de Azambuja era apenas um dos muitos e lídimos representantes.

A edição com os comentários de Melanchthon aos *Topica*, de Cícero, é, naturalmente, um pouco diferente daquela que foi publicada em Veneza, em 1546, por Paulo Manutio [e de que existe um exemplar na Livraria Humanística da História da Tipografia de expressão Cultural Portuguesa]. Não deixa de ser curioso, no entanto, que esta leitura

⁹³ José V. de Pina Martins, in *Au Portugal dans le Sillage d'Erasmus — Exposition Bibliographique en l'Honneur de Marcel Bataillon*, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, referencia, na p. 142, um «excelente exemplar de uma edição muito rara» de *Epistolarum Philippi Melanchthonis, Libri IV*, edição de M. Flesher e R. Young, Londres, 1642. Nesta obra apresentam-se, designadamente, as seis cartas que foram dirigidas por Melanchthon a Erasmo e que, na expressão deste investigador lisboeta, se revestem de «grande interesse para o estudo da projecção europeia do pensamento de Erasmo». Por via desta correspondência melanchthoniana poderá conhecer-se, um pouco melhor, a nosso ver, todo o gigantismo cultural e capacidade de intervenção desse grande pensador que foi Philipp Melanchthon, desaparecido do mundo dos vivos em 1560, duas dúzias de anos depois de Erasmo. Registe-se, a propósito, que o humanista de Roterdão, pouco depois de 1518, referindo-se ao familiar e discípulo de Reuchlin, comentou: «Por Deus! Quanto não promete o engenho deste jovem, e ainda tão jovem! Que agudeza de engenho! Quanta erudição». De entre algumas das obras de Melanchthon que mais interessam à filosofia do trabalho de que aqui nos ocupamos contam-se *Institutiones Grammaticae graecae*, a *Grammatica latina* [ed. de 1525], o seu discurso de entrada na universidade. *De corrigendis adolescentiae studiis* — de um período em que foram notórios os seus interesses por Cícero [que viria, anos depois, a ser objecto de eruditos comentários seus, como o que dedicou aos *Topicos*], por Homero ou Aristóteles — os *Elementorum Rhetorices libri II*, de 1531, a *Dialectica*, de 1530, *Commentarius de anima*, do mesmo ano, *Philosophiae moralis Epitome*, de 1537 ou *Initia doctrinae physica dictata in Academia Vitebergensi*, de 1581, 21 anos depois do seu falecimento. De registar, ainda, que Melanchthon é um dos autores visados por Frei Alfonso de Castro na sua obra *Adversus Omnes hereges*, de que existe, na LHITIPOR, a 1.ª edição de Paris, de 1534.

de tais comentários por parte do censor eborense levou-o a comunicar as opiniões colhidas de tal observação a esse outro grande humanista de quinhentos, Martinho de Ledesma.

111 *Algumas conclusões (para o período 1436-1543 em Portugal)*

Entre os intelectuais, de uma época da vida cultural portuguesa que poderemos classificar de Humanismo pré-renascentista, que mais se distinguiram na leitura, tradução e comentários a textos de Cícero destacam-se, mais que quaisquer outros elementos do clero como Frei Álvaro Pais e elementos da Nobreza como o Infante D. Pedro e D. Duarte. De alguma forma em consonância com os interesses espirituais destes é o de Vasco Fernandes de Lucena em traduzir também uma obra do Arpinate, e do cronista dos *exempla* morais presentes em diversas obras de Cícero (designadamente as mais viradas para o domínio da Retórica) — os livros do pensador romano. Um igual encantamento por esses escritos filosóficos é patenteado por via de várias leituras — e livros que integraram as suas livrarias — feitas no mesmo século pelo Condestável D. Pedro, bem como por D. Gomes, Abade de Florença, ou pelo Cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, a viver na Cúria romana.

Em relação ao século XVI é notória a continuação desse apego às obras de Cícero por parte de intelectuais de diversas formações, no nosso país. Enquanto Estêvão Cavaleiro poderá ter lido o Arpinate em terras portuguesas, tal também sucedeu com D. João Manuel. Não é de excluir, ainda, que Duarte de Resende o tenha lido nas possessões portuguesas do Extremo Oriente, por onde andou ao serviço da Coroa.

Também fora de Portugal continental Damião de Góis e Lopo Serrão — com formações historiográfica, cultural e até musical, no caso do primeiro: e com formação literário-filosófica, mas ainda científica, no caso do segundo — se manifestaram com capacidade e grau de exigência não só para ler e traduzir Cícero como (e sobretudo no caso do último) para adaptar a sua obra, ou uma vertente específica dela, a uma obra literária, neste caso poética, de grande fôlego.

A considerar, finalmente, que por vezes a obra de Cícero chegava a tornar-se incómoda, ao nível de uma teoria da *recepção*, em terras portuguesas. Tal resultava, essencialmente do facto de os autores dos comentários — da craveira de pensadores incómodos como Melanchthon e até Erasmo — contribuírem não só para a divulgação dessas mesmas obras, mas, essencialmente, para a sua maneira *sui generis* de olhar o mundo do homem, em moldes de transformação, de ruptura.

Cícero é ainda hoje — e também em Portugal — um autor de mensagem: perene, consistente e coerente, para o seu tempo e, ainda em parte, para os seus leitores deste tempo (sempre transitório, aliás). A popularidade da sua obra, mesmo num período em que sente um apego cada vez menor das classes estudantis-juvenis à aprendizagem das línguas ditas clássicas, continua, apesar de tudo, a ser uma realidade.

No momento em que o mundo culto se prepara, designadamente ao nível das universidades europeias, para comemorar o 21.º centenário do nascimento do pensador de Arpino — onde nasceu no dia 3 de Janeiro de 106 a.A. — prestar homenagem ao seu multímido saber, só pode ser acto que enobreça os homens de Cultura e também homens de bem.

Óbidos, Maio de 1993 — Gottingen (Alemanha), Julho de 1993.

ADENDA DOCUMENTAL I

ALGUMAS DAS ESPÉCIES BIBLIOGRÁFICAS COM TEXTOS DE CÍCERO EXISTENTES NUMA LIVRARIA PARTICULAR¹

Nota interpretativa:

Na coluna 1 figura n.º de ordem (da nossa responsabilidade) respeitante às obras escritas pelo Arpinate, pela sequência com que são apresentadas in Pierre Grimal [1986]: na col. 2, o ano em que tais obras foram produzidas; na col. 3 o respectivo título; e, finalmente, na col. 4, a referência à espécie (quando existente) na referida Livraria Humanística da História da Tipografia de Expressão Cultural Portuguesa.

N.º	A.C.	TÍTULO NOS OPERA OMNIA	EDIÇÃO NA LHITIPOR
1	86	<i>De inuentione</i>	ed. de Paulo Manutio, Veneza, 1546; e ed. Paris 1768
2	81	<i>Pro Quinctio</i>	ed. de M. António, Lisboa, 1772, I; ed. Paris 1768
3	80	<i>Pro Roscio Amerino</i>	idem 1772, II; ed. Paris 1768
4	76	<i>Pro Roscio Comoedo</i> (?)	idem, 1772, III; ed. Paris 1768
5	70	<i>Diuinatio in Caecilium</i>	idem, ed. Paris, 1768
6	69	<i>Pro Fonteio.</i>	idem, 1772, V
7	69	<i>Pro Caecina</i> (?)	idem, 1772, VI
8	68	<i>Epistolarum ad Familiares, libri XVI</i>	ed. Bibliopolo Frobeniano, Hamburgo, 1618, III, 1
9	67	<i>Pro D. Matrinio</i>	
10	67	<i>Rogatio Gabinia</i>	idem, 1772, VII (?)
11	66	<i>Pro Cluentio</i>	idem, 1772, VIII; ed. Paris 1768
12	66	<i>De Fausto Sulla</i>	
13	66	<i>De imperio Cn. Pompei</i> ²	
14	65	<i>Pro C. Orchiuio</i>	

15	65	<i>Pro Q. Gallio</i>	
16	65	<i>Pro C. Cornelio</i>	idem, 1772, XIII
17	64	<i>Pro Q. Mucio Orestino</i>	
18	64	<i>Pro Fundanio</i>	
19	64	<i>In toga candida</i>	
20	64	<i>Comentariorum petitionis</i>	
21	63	<i>Pro Rabirio</i>	Rd. Paris, 1768
22	63	<i>Augurium Salutis</i>	Idem, 1768
23	63	1. ^a <i>Catilinária</i>	Idem, 1768
24	63	2. ^a <i>Catilinária</i>	Idem, 1768
25	63	<i>Pro Murena</i>	Idem, 1768
26	63	3. ^a <i>Catilinária</i>	Idem, 1768
27	63	4. ^a <i>Catilinária</i> ³	Idem, 1768
28	62	<i>Pro Archia</i> ⁴	Idem, 1768
29	62	<i>Pro Sulla</i>	Idem, 1768
30	62	[Sobre o escândalo dos] <i>Damnia</i>	
31	60	<i>História do [seu] consulado</i> ⁵	
32	60	<i>De consulato suo</i> [poema em grego]	
33	59	<i>Pro Q. Minucio Thermo</i>	
34	59	<i>Pro C. Antonio Hybrida</i>	
35	59	<i>Pro Flacco</i>	Idem, 1768
36	58	<i>De capite ciuis romani</i>	
37	57	<i>De domo sua</i>	Idem, 1768
38	56	<i>Pro sestio. Interrogatio in Vatinium</i>	Idem, 1768
39	56	<i>Pro Caelio</i>	Idem, 1768
40	56	[Sobre a] <i>Ager campanus</i> [críticas]	
41	56	<i>De Aruspicum Responsis</i>	Idem, 1768
42	56	<i>Sobre as provincias consulares</i>	Idem, 1768
43	56	<i>Pro Balbo</i>	
44	56	<i>De temporibus meis</i> [poema] (6)	
45	55	<i>In Pisonem</i>	Idem, 1768
46	55	<i>De Oratore</i> [Ver 58]	ed. de P. Manutio, cit., Veneza, 1546 e ed. Ioannis Oporini, Basileia, 1552 [coment. Ant. Maioragii]
47	54	<i>De Republica</i> (inicia) [<i>De Somnio Scipionis</i> (no fim)]	ed. de Seb. Griphyum, Lyon, 1541 [coment. Erasmo] ed. de Hiernymum Scotum, Veneza, 1545 [com. J. Ludov. Vives]
48	54	<i>Pro Plancio</i>	Idem, 1768
49	54	<i>Pro Vatínio</i>	Idem, 1768
50	54	<i>Pro Rabirio Postumo</i>	Idem, 1768
51	54	<i>Pro Scauro</i>	
52	54	<i>Sobre a expedição de César na Bretanha</i> [texto perdido]	
53	52	<i>Pro Milone</i>	
54	52	<i>Pro legibus</i>	ed. Bibliopolo Frobeniano, Hamburgo, 1618, já cit., IV, 8.

55	46	<i>Brutus</i>	ed. P. Manutíó, cit., Veneza, 1546; e ed. Paris 1768
56	46	<i>Paradoxa stoicorum sex</i> ⁷	ed. Bib. Frobeniano, 1618, cit., IV, 12. [coment. Jani Gruteri]
57	46	<i>Elogio de Catão</i>	
58	46	<i>Orator</i> [ver 46]	Idem [P. Manutio, 1546]
59	46	<i>De optimo genere oratorum</i>	Idem [P. Manutio, 1546]
60	46	<i>Partitiones oratoriae</i>	Idem [P. Manutio, 1546]
61	46	<i>Pro Marcello</i>	
62	46	<i>Pro Ligario</i>	
63	45	<i>Hortensius</i>	
64	45	<i>Consolatio ut quibusdam placet...</i>	ed. Bib. Frobeniano, 1618, cit., IV, 14.
65	45	<i>Academicarum Quaestionum,</i>	ed. de Matthaei Davidis, Paris, 1550 [coment. Carolum Lotharingum]; e ed. Bib. Frobeniano, 1618, cit., IV, 1-2 [coment. Jani Gruteri]; e ed. Paris 1768.
66	45	<i>De finibus</i>	Idem, [1618], IV,3
67	45	<i>Tusculanarum quaestionum lib. V</i>	Idem, IV, 4
68	45	<i>De natura deorum</i> ⁸	Idem, IV,5; ed. Paris, 1796.
69	45	<i>Elogio de Porcia</i>	
70	45	<i>Timeu</i> [tradução]	
71	44	<i>Cato Maior</i> ⁹	Idem, [1618], IV, 10.
72	44	<i>De diuinatione</i> ¹⁰	Idem, IV, 6, ed. Paris, 1768
73	44	<i>De fato</i>	Idem, IV, 7, ed. Paris, 1768
74	44	<i>Laelius</i> [ou <i>De amicitia</i>] ¹¹	Idem, IV, 11. e ed. Hieronymum Scotum, Veneza, 1545, [I], 2
75	44	<i>De gloria</i> ¹²	
76	44	<i>Tópica</i>	ed. Paris, 1768
77	44	<i>1.ª Filípica</i>	ed. de M. António, cit., Lisboa, 1772
78	44	<i>2.ª Filípica</i>	idem [M. António, 1772]
79	44	<i>De Officiis</i> ¹³	ed. Hieronymum Scotum, Veneza, 1545, [I], 1 ed. Seb. Gryphum, Lyon, 1541 [com. Melanchton]; e Bibl. Frobeniano, 1618, IV,9.
80	44	<i>3.ª Filípica</i> [ao senado]	idem
81	44	<i>4.ª Filípica</i> [ao povo]	idem
82	43	<i>5.ª Filípica</i>	idem
83	43	<i>8.ª Filípica</i> ¹⁴	idem
84	43	<i>9.ª Filípica</i>	idem
85	43	<i>10.ª Filípica</i>	idem
86	43	<i>11.ª Filípica</i>	idem
87	43	<i>12.ª Filípica</i>	idem
88	43	<i>13.ª Filípica</i>	idem
89	43	<i>14.ª Filípica</i>	idem.

NOTAS AS ADENDAS DOCUMENTAIS I E II

¹ Espécies existentes na Livraria Humanística da História da Tipografia de Expressão Cultural Portuguesa [LHITIPOR]. As espécies consideradas fora do âmbito do vulgarmente designado por livro antigo — ou seja, editadas depois de fins do século XVIII, e existentes na mesma Livraria — não são referenciadas na col. 4 desta Tábua, sendo antes mencionadas em notas de rodapé (ou de fim de capítulo), seguidas da referência [*]. Dado ser aqui apresentado pela primeira vez, no nosso país, o elenco que se crê completo das obras de Cícero — é essa, pelo menos, a nossa convicção face aos dados até agora disponíveis — agradece-se aos especialistas que trabalham no mesmo *corpus* que nos indiquem o seu parecer sobre eventuais erros ou sugestões.

² M. T. Cícero, *Oratio De imperio Cn. Pompei*, Texto latino com introdução, plano e notas por António Pinto de Carvalho, Prof. cont. da Fac. de Letras de Lisboa, Edição do Autor. Depositário: Arménio Amado — Coimbra, 1945 [*].

³ Cícero, *As Catilinárias*, Lisboa, Edições 70, 1990, Introdução, trad. do latim e notas de Sebastião Tavares de Pinho (Col. Clássicos Gregos e Latinos) [*]. 1.^a ed. de 1974.

⁴ Cícero, *Em Defesa do Poeta Árquias*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1986 [*], estudo da Prof.^a Isabel Rebelo Gonçalves, Faculdade de Letras de Lisboa, 2.^a ed., 1991 [*].

⁵ Desta obra, ao que regista Sebastião Pinho [in op. cit. na nota 3, p. 56, n. 103], apenas restam cerca de uma centena de versos que se inserem no tratado *Da Adivinhação*, I, 11, 17 e sgts.

⁶ Deste poema, ao que refere o autor referenciado na nota anterior, apenas «chegaram até nós dois versos apenas». Tais versos são: *Cedant arma togae, concedat laurea laudi* [«Que as armas cedam à toga, que os louros da vitória ao talento dêem lugar» (na versão de Sebastião Pinho, op. cit., p. 66, nota)].

⁷ Vide M. Alice Nobre Gouveia, Recensão a uma edição espanhola dos *Paradoxa*, in Rev. *Humanitas*, V-VI [II-III da nova série].

⁸ Regista Américo da Costa Ramalho, in *Camões no seu tempo e no nosso*, Coimbra, Almedina, 1992, p. 131, que «entre as leituras do poeta [Camões] se encontra o *De Natura Deorum*» ciceroniano. E este Mestre da História do Humanismo em Portugal prova essa afirmação de forma cabal.

⁹ *Cato maior* ou *De senectute* que, como vimos em várias passagens deste nosso trabalho, foi objecto de várias versões para a língua portuguesa, designadamente por parte de Damião de Góis, em 1538, e objecto de reedição, na Tipografia Rollandiana, em 1845 [*].

¹⁰ Vide nota 5 [desta Adenda Documental].

¹¹ O Prof. Américo da Costa Ramalho, in A. C. Ramalho e outros, *Cícero*, Lisboa, Ed. Verbo, 1974, Introdução, tece algumas considerações acerca desta obra.

¹² O humanista D. Jerónimo Osório publicou uma obra homónima, *De Glória*, em Lisboa, na Of. de Francisco Correia, 1549 [que foi estudada entre nós, na sua tese, por João Manuel Nunes Torrão, também ele docente da Universidade de Coimbra], mais tarde reeditada em Alcalá de Henares, na Of. de Andreas de Angulo, em 1568 [LHITIPOR].

¹³ Ao *De Officiis* e à sua versão quatrocentista realizada pelo Infante D. Pedro, na primeira metade do séc. xv, já dedicamos também algumas considerações, não sendo nunca demais pôr em relevo o esforço de Joseph M. Piel em ter dado à estampa esse texto, acompanhado de um importante estudo em Coimbra, em 1948, por ordem da Universidade [*].

¹⁴ Não deixa de ser significativo que o porventura mais abalizado biógrafo de Cícero dos nossos dias, Pierre Grimal, ao tratar da Cronologia — designadamente da bio-bibliografia — ciceroniana, passa da 5.^a *Filípica* [de 1 de Janeiro do ano 43 a.C.], para a 8.^a *Filípica* [de 3 de Fevereiro do mesmo ano], referindo-se, embora, também à 6.^a e à 7.^a *Filípicas*, a págs. 401 e 406 de *op. cit.* [1986]. Registe-se, entretanto, que os textos das 6.^a e 7.^a *Filípicas* são apresentados em língua portuguesa in *História das Orações de M. T. Cícero*, pelo Bacharel Luis Carlos Moniz Barreto, Lisboa, na Oficina de Manuel António, 1772, pp. 26-30 (a par das restantes *Filípicas*).

ADENDA DOCUMENTAL II

ELENCO BIBLIOGRÁFICO

Breve relação de algumas das edições dos sécs. XVI-XVIII com textos ciceronianos já referenciados na ADENDA DOCUMENTAL I e existentes na mesma Livraria particular

Ordem cronológica:

- 01-[1541] M. T. Ciceronis, *De Officiis* [com coment. de Philip. Melanchthon e de Erasmo]; *De Amicitia* [coment. Erasmo]; *De Senectute* [coment. Erasmo]; *Paradoxa* [coment. Bartholomaei Latomi]. Lyon, Sebastianum Gryphum, 1541.
- 02-[1545] M. T. Ciceronis, *De Officiis* [com com. M. Antonij Maiorajii (*Deciones XXV*); de Melanchthon e de Erasmo]; *Laelius* [com Wolfgang Ane-moecio]; *De Senectute* [com. Maiorajii]; *Paradoxa* [com. Maiorajii]. — Ainda um coment. de J. L. Vives intitulado *In Vigiliam, quae est Enarratio Somnij Scipionis Praefatio*. Veneza, Hieronymum Scotum, 1545.
- 03-[1546] M. T. Ciceronis, *De inuentione*; *De Oratore*; *Brutus*; *Orator*; *Topica*; *Oratoriae partitiones*; *De optimo genere oratorum*. Veneza, Paulo Manutio, Ald. Fil., 1546.
- 04-[1546] M. T. Ciceronis, *De Oratore ad Q. Fratrem*. Veneza, Paulo Manutio, Ald. Fil., 1546.
- 05-[1546] M. T. Ciceronis, *De Claris Oratoribus*. Veneza, Paulo Manutio, Ald. Fil., 1546.
- 06-[1546] M. T. Ciceronis, *Orator ad M. Brutum*. Veneza, Paulo Manutio, Ald. Fil., 1546.
- 07-[1550] M. T. Ciceronis, *Academia libri II*. Paris, Matthaei Davidis, 1550.
- 08-[1552] M. T. Ciceronis, *Oratorem Ad M. Brutum* [apenas os comentários de M. Antonii Maioragio]. Basileia, Ioannis Oporini, 1552.

- 09-[1618] M. T. Ciceronis, *Operum, Tomus Tertium Quo omneis ejus Epistolae continentur* [e integra]:
- III.1. *Epistolarum ad familiares, Libri XVI;*
 - III.2. *Epistolarum ad Atticum, Libri XVI;*
 - III.3. *Epistolarum ad Quintum Fratrem, Libri III;*
 - III.4. *Epistolarum ad Brutum, Liber singularis;*
 - III.5. *Epistolae ad Brutum, non ita pridem a Germanis repertae, et editae.*
- 10-[1618] M. T. Ciceronis, *OPERUM, TOMUS QUATUS Quo continentur Philosophici Libri Omnes e integra*:
- IV.1. *Academicarum Quaestionum ad Varronem, Liber I;*
 - IV.2. *Academicarum Quaestionum, Liber IV, qui inscribitur Lucullus;*
 - IV.3. *De Finibus bonorum et malorum, Libri V;*
 - IV.4. *Tusculanarum quaestionum, Libri V;*
 - IV.5. *De natura deorum, Libri III;*
 - IV.6. *De divinatione, Libri II;*
 - IV.7. *De fato, Libri I;*
 - IV.8. *De legibus, Libri III;*
 - IV.9. *De Officiis, Libri III;*
 - IV.10. *Cato Major, seu De Senectute, Liber singularis;*
 - IV.11. *Laelius seu De Amicitia, Liber singularis;*
 - IV.12. *Paradoxa stoicorum sex;*
 - IV.13. *De petitione Consulatus;*
 - IV.14. *Consolatio..., ut quibusdam placet, numquam autem. Operibus ejus inserta.*
- Hamburgo, Ex Bibliopolio Frobeniano, 1618.
- 11-[1619] M. T. Ciceronis, *PENU TULLIANUM*
[Indices dos vols. I-IV dos OPERA OMNIA de Cícero]
Hamburgo, Ex-Bibliopolio Frobeniano, 1619.
Estas três últimas espécies integraram a Livraria do Marquês de Alegrete.
- 12-[1768] M. Tullii Ciceronis, [*OPERA*].
Tomos I, II; III; V; VI; IX, Paris, Apud Saillant, Desaint, Barbou, 1768.
- 13-[1772] *História das Orações de M. T. Cícero Ornada com várias Notas críticas, e históricas, e com huma notícia das Leis Romanas, que nellas se tratão, Traduzida do Francez e dedicada ao Illustr., e Excellent. Senhor Marquez de Pombal, etc. etc., Pelo Bacharel Luiz Carlos Moniz Barreto* [e integra]:
- 1. *XXVII orações várias;*
 - 2. *XIV Filípicas;*
 - 3. *Notícia alphabetica das leis romanas* [de A a V].
- Lisboa, Of. de Manuel António, 1772.
- 14- M. T. Cicero, *OPERA. — Ad Usum Delphini*
Pádua, vols. I-VII.
- 15-[1790] *Historia de la Vida de Marco Tulio Ciceron, escrita en Ingles por Conyers Middleton, Bibliotecario Principal de la Universidad de Cambridge, Traducida por Don Joseph Nicolas de Azara,*
Tomos I e II,
Madrid, En la Imprenta Real, siendo regente Don Lazaro Gayguer, 1790.
- 16-[1796] *Oeuvres Philosophiques de Cicéron, T. IV [Entretiens sur la Nature des Dieux]*, Paris, Imprimerie de Didot Jeune, 1796.